



Hypera S.A.
CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91

Relatório da Administração

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Hypera S.A. ("Companhia" ou "Hypera Pharma") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensagem da Diretoria

O *sell-out* da Hypera Pharma, que corresponde às vendas dos produtos da Companhia nas farmácias, distribuidoras, clínicas, hospitais públicos e privados, cresceu 9,3% em 2024, de acordo com o IQVIA, impulsionado pelo crescimento das vendas no varejo farmacêutico e no Mercado Institucional.

Esse desempenho é consequência: (i) do significativo incremento das vendas do portfólio atual de produtos para o Mercado Institucional, que contribuiu para o crescimento de 25.5% do *sell-out* nesse segmento, de acordo com o IQVIA; (ii) dos investimentos nas marcas líderes do varejo farmacêutico.

Em 2024, a Hypera Pharma foi reconhecida mais uma vez por suas práticas e compromissos sustentáveis de médio e longo prazo, e avançou no desenvolvimento de sua governança corporativa. A Companhia foi selecionada mais uma vez para integrar o *FTSE4Good Index Series* da Bolsa de Valores de Londres, um dos mais importantes índices internacionais de sustentabilidade elaborado pela Financial Times Stock Exchange (FTSE), e o *IDIVERSA* da B3, que reconhece empresas que atendem a critérios de diversidade de gênero e raça. Pelo 3º ano consecutivo, a Hypera Pharma faz parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e do *S&P Global Sustainability Yearbook*, que reuniu as empresas mais sustentáveis do mundo no setor farmacêutico no último ano. Cabe destacar ainda que a Hypera Pharma aumentou em 10% o seu *score* no *Dow Jones Sustainability Index* em 2024.

Adicionalmente, com o objetivo de fortalecer ainda mais os aspectos de governança corporativa e assessorar o Conselho de Administração na definição das diretrizes e ações para integração das dimensões de governança, ambiental e social na estratégia da Hypera Pharma, foi criado no início de 2024 o Comitê de Governança e Sustentabilidade, que conduziu ao longo do ano a revisão do Regimento do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento e o novo estudo de Materialidade da Companhia, que subsidiará a estratégia ESG da Hypera Pharma e os conteúdos de seus Relatórios de Sustentabilidade a partir de 2025.

Mais informações sobre a atuação da Companhia e suas subsidiárias em relação a temas relacionados ao ambiente, pessoas, responsabilidade social e governança corporativa podem ser encontradas no Relatório Anual de Sustentabilidade, disponível em nosso site de Relações com Investidores <https://ri.hypera.com.br/>, incluindo dados quantitativos e discussões qualitativas sobre indicadores ESG relevantes.

Principais Indicadores

A Receita Líquida alcançou R\$7.442,5 milhões em 2024, patamar 6,0% inferior ao registrado em 2023. A Receita Líquida não acompanhou o crescimento do *sell-out* no ano por conta do início do processo de otimização de capital de giro no 3T24, que busca incremento da geração de caixa pela redução dos estoques nos clientes e a consequente redução dos dias de contas a receber.

O Lucro Bruto alcançou R\$4.381,0 milhões no ano, ante R\$4.995,5 milhões em 2023, com redução de Margem Bruta de 12,3 pontos percentuais. A redução da Margem Bruta em 2024 é consequência principalmente da alteração do *mix* de produtos vendidos e da menor alavancagem operacional em razão do processo de otimização de capital de giro iniciado no 3T24, que resultou na redução da Receita Líquida no ano principalmente em *Consumer Health* e Produtos de Prescrição, que concentram as Principais *Power Brands* da Hypera Pharma e que possuem Margem Bruta superior à média da Companhia.

O EBITDA das Operações Continuadas foi de R\$2.101,0 milhões em 2024, com Margem EBITDA de 28,2%, ante 34,8% registrado em 2023. A variação do EBITDA das Operações Continuadas e da Margem EBITDA na comparação com 2023 é consequência principalmente do processo de otimização de capital de giro iniciado no 3T24 e intensificado no 4T24, que resultou na redução da Receita Líquida e da Margem Bruta por conta da alteração do *mix* de produtos vendidos e da menor alavancagem operacional.

Além disso, cabe destacar que a Companhia decidiu por não alterar suas principais iniciativas para suportar o crescimento sustentável do *sell-out* durante o processo de otimização de capital de giro, o que resultou em crescimento das despesas com marketing, vendas, gerais e administrativas no ano e no trimestre e, consequentemente, no aumento da participação dessas despesas como percentual da Receita Líquida, contribuindo negativamente para o EBITDA das Operações Continuadas e para a Margem EBITDA.

O Lucro Líquido apresentou redução de 19,4%, em função principalmente da redução do EBIT das Operações Continuadas por conta do processo de otimização de capital de giro iniciado no 3T24.

A Companhia registrou o maior Fluxo de Caixa Operacional de sua história em 2024, mesmo com a redução do EBITDA das Operações Continuadas por conta do início do processo de otimização de capital de giro. O Fluxo de Caixa Operacional foi de R\$2.539,6 milhões em 2024, ou 6,0% superior ao ano anterior, e foi beneficiado principalmente pela redução dos investimentos em capital de giro ao longo do ano.

O Fluxo de Caixa Livre em 2024 foi 20,7% superior a 2023 e alcançou R\$1.760,9 milhões, e foi impactado sobretudo pelo menor patamar de investimentos em ativos fixos no ano. A redução dos investimentos em ativos fixos em 2024 é consequência principalmente do pagamento pela aquisição da fábrica da Boehringer Ingelheim em Itapeperica da Serra/SP, realizado em 2023.

Cenário Macroeconômico

Tensões geopolíticas, políticas comerciais protecionistas e taxas de juros ainda elevadas continuaram influenciando o cenário econômico global em 2024, resultando em um crescimento econômico, segundo estimativas do Banco Mundial, de 2,7%, patamar inferior à média histórica de 3,7% registrada no entre 2000 e 2019 (período pré-pandemia de Covid-19). Para 2025, a expectativa do Banco Mundial é de crescimento similar a 2024, em meio às novas agendas pós-eleições nos Estados Unidos e em mais de 20 países da Europa.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado pela aceleração do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 3,4%, ante 3,2% registrado em 2023, pela redução do desemprego, pelo aumento da inflação e pela elevação da taxa de juros Selic na comparação, além de importantes avanços em reformas estruturais, com destaque para a aprovação da Reforma Tributária e do pacote de corte de gastos pela Câmara dos Deputados.

A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), encerrou 2024 em 4,83%, ligeiramente acima do limite superior da meta estabelecida pelo Banco Central, que era de 4,5%. Em 2023, o IPCA havia fechado em 4,62%, indicando leve aceleração da inflação no último ano. Em resposta às pressões inflacionárias, o Banco Central elevou a taxa Selic para 12,25% ao final de 2024, ante 11,75% ao final de 2023, e sinalizou a possibilidade de novos aumentos para controlar a inflação ao longo de 2025.

O Banco Central também atuou para reduzir a volatilidade da cotação do dólar americano em 2024, que acabou encerrando o ano em R\$6,18, registrando valorização em relação ao fechamento de R\$4,85 ao final de 2023, reflexo sobretudo das incertezas globais, do impacto das políticas monetárias internas e externas e a piora no cenário fiscal brasileiro. Já a taxa de desemprego recuou para 6,6% na média de 2024, menor patamar da série histórica, e registrou o terceiro ano seguido de retração, impulsionada pelo crescimento de 2,7% no número de empregados com carteira assinada e de 6,0% sem carteira assinada.

A combinação da redução da taxa de desemprego no Brasil com o constante aumento do cuidado com a saúde e com o envelhecimento da população mantêm perspectivas positivas para o crescimento do setor farmacêutico brasileiro em 2025.

Perspectivas

Em novembro de 2024, o IQVIA projetava crescimento de 10,2% para o mercado farmacêutico brasileiro em 2025 (incluindo os canais varejo e institucional, em USD), seguido de expansões de 8,6%, 7,9% e 7,4%, respectivamente, para os anos de 2026, 2027 e 2028.

O envelhecimento populacional no Brasil é o principal fator que contribui para tais estimativas, uma vez que o consumo de medicamentos das pessoas com mais de 60 anos é maior do que o de faixas etárias mais jovens. Além do envelhecimento populacional, o aumento da incidência de doenças da 3ª idade por conta do estilo de vida da população, o potencial de aumento da aderência aos tratamentos de terapias crônicas, a quantidade de lançamentos de novos produtos e a adoção de novas tecnologias tendem a contribuir positivamente para o crescimento do mercado farmacêutico brasileiro.

Perfil e Unidades de Negócio

A Hypera Pharma é uma das maiores e mais diversificadas empresas farmacêuticas do Brasil e está presente em todos os segmentos relevantes do setor. Com posição de liderança em diversas categorias, oferece produtos de alta qualidade e segurança, investindo continuamente em inovação e crescendo de forma sustentável, para que as pessoas vivam mais e melhor.

Com visão de futuro e inovação, a Hypera Pharma conta com um dos maiores e mais modernos centros de pesquisa farmacêutica do Brasil, na estrutura de sua subsidiária Brainfarma. O centro conta com uma equipe de profissionais altamente qualificados, incluindo mestres e doutores, para o desenvolvimento de medicamentos, dermocosméticos e produtos para a saúde, utilizando tecnologia de ponta para ser pioneira no lançamento de novos tratamentos no Brasil.

Sediada em São Paulo e listada no Novo Mercado da B3 desde 2008, a Companhia atua nos seguintes segmentos de mercado:

Consumer Health: A Companhia é líder no mercado de medicamentos isentos de

prescrição no Brasil com marcas como Apracur, Benegrip, Buscopan, Cristina D Pro, Engov, Epooler, Estomazil, Neosalina, dentre outras. Atua também nos mercados de nutricionais, adoçantes e suplementos vitamínicos, com marcas como Tamarine, Biotônico Fontoura e Zero-Cal, marca *Top of Mind* há 21 anos no Brasil.

Produtos de Prescrição: Com a marca guarda-chuva Mantecorp Farmasa, a Companhia atua em diversas especialidades médicas no segmento de *Primary Care* (Cuidados Básicos), estando presente na maior parte das principais classes terapêuticas do país com produtos como Addera D3, Nesina, Dramin, Alivium, Predsim, Lisador e Rinosoro.

Similares e Genéricos: A Companhia é destaque, com a marca Neo Química, no mercado de medicamentos Similares e Genéricos no Brasil. A marca é *Top of Mind* em genéricos e chega a quase todos os pontos de venda do mercado farmacêutico brasileiro, em linha com a Missão da Companhia de promover acesso à saúde para a população.

Skincare: Com a marca Mantecorp Skincare, oferece dermocosméticos recomendados por dermatologistas em todo o Brasil, segundo informações da Close-Up International. Atua nesse segmento também com as marcas Simple Organic, de produtos orgânicos, veganos e isentos de crueldade animal, e Bioage, focada no mercado de tratamentos estéticos profissionais.

Mercado Institucional: Desde 2021, a Companhia atua também no canal institucional, composto por hospitais e clínicas públicos e privados, que representam 40% do mercado farmacêutico total no Brasil. Nesse mercado, comercializa marcas como Bac-Sulfitrin, Buscopan e Dramin injetáveis, além de seu primeiro produto exclusivo para esse canal, o Hytol (propofol), e do primeiro medicamento biológico da Companhia, o Hyblut, para tratamento de trombose venosa profunda e embolia pulmonar.

Portfólio & Inovação

A Companhia reforçou seu portfólio de produtos com mais de 50 lançamentos em 2024, com destaque para as extensões de linha de importantes marcas em Gastroenterologia, Dor, Antialérgicos, Proteção Solar, Nutracêuticos e Limpeza de Pele em *Consumer Health* e *Skincare*, e novos produtos em Cardiologia, Sistema Nervoso Central e Sistema Respiratório em Produtos de Prescrição. Em Similares e Genéricos, a Companhia avançou em sua estratégia para aumento de cobertura de moléculas em Sistema Nervoso Central, Cardiologia, Endocrinologia e Gastroenterologia.

Investimentos

Em 2024, a Companhia e suas subsidiárias investiram cerca de R\$2,3 bilhões para a expansão de sua presença no setor farmacêutico brasileiro, pavimentando o caminho para disputar a liderança nesse mercado. Esse montante engloba valores aplicados em mídia, ponto de venda e visita médica, pesquisa e desenvolvimento, e no aumento da capacidade de produção. Houve avanços também na criação de um novo centro de inovação, planta piloto e fábrica de produtos oncológicos para suportar a expansão da Companhia no Mercado Institucional.

Emissão de Debêntures

Em 03 de maio de 2024, foi efetuada a emissão de 1.500.000 debêntures não conversíveis de 18ª emissão pública, série única, no valor total de R\$1.500 milhões, com preço unitário de R\$1.000,00 (mil reais) e juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 0,85% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, em 03 de maio de 2028 e 03 de maio de 2029. Os recursos obtidos por meio da Emissão foram utilizados no processo de repapeliamento de dívidas da Companhia.

Gestão de Pessoas

Em 2024, a Hypera Pharma recebeu novamente o reconhecimento como uma das melhores empregadoras do mundo, conquistando a prestigiosa certificação *Top Employer*, sendo a única empresa 100% brasileira do setor farmacêutico a figurar nesta lista do *Top Employers Institute*. Nos últimos anos, a Companhia tem transformado o ambiente de trabalho dos seus colaboradores com iniciativas inovadoras em gestão de pessoas, sempre alinhadas à sua estratégia de negócios. Por meio do desenvolvimento de suas pessoas, implantação de programas de Educação Corporativa, práticas ESG e da utilização de tecnologia para simplificar processos e aumentar a produtividade, a Hypera Pharma segue firmando seu compromisso com a excelência e o bem-estar de sua equipe.

No ano anterior, a empresa recebeu sua terceira certificação *Great Place to Work* e foi classificada entre as 20 melhores empresas de saúde para se trabalhar no Brasil no ranking do GPTW.

A área de Educação Corporativa promoveu mais de 30 iniciativas de desenvolvimento, impactando aproximadamente 8,5 mil colaboradores por meio de quatro escolas corporativas:

- Escola de Líderes:** focada no desenvolvimento de competências de liderança e no alinhamento aos valores da empresa.
- Escola do Futuro:** preparando os colaboradores para tendências e inovação.
- Escola de Negócios:** desenvolvendo habilidades essenciais para enfrentar os desafios do negócio, com foco em segurança, qualidade e alta performance.
- Escola Técnica:** aprofundando conhecimentos técnicos e habilidades essenciais para o desempenho das funções.

Essas escolas oferecem trilhas de aprendizado personalizadas, com conteúdo flexível e acessível.

A Companhia também manteve os seus programas de estágio e trainee para capacitar jovens profissionais. O primeiro Programa de Trainee, que encerrou em 2024, teve 100% de efetivação, com os participantes assumindo cargos de coordenação e especialização. Ainda em 2024, foi lançado o programa de Estágio de Férias, permitindo que universitários vivenciassem desafios corporativos durante as férias acadêmicas.

Dentro das iniciativas voltadas para saúde e bem-estar, o programa Tem Valor expandiu sua atuação. Por exemplo, o programa Recomeço Tem Valor, que oferece suporte durante a gestação, parto e puerpério para as colaboradoras, foi ampliado para todas as unidades. Além disso, foi lançado o Programa Saúde Emocional, com terapias integrativas como fisioterapia, acupuntura e *quick massage* em São Paulo. Outro destaque foi o relançamento do programa de acesso a medicamentos para o time de campo, agora com a parceria da Vidalink, incluindo treinamentos sobre o uso do benefício.

Diversidade e Inclusão: Em 2024, o Comitê de Diversidade e o Programa de Inclusão e Diversidade fortaleceram suas iniciativas internas com os grupos de diversidade relacionados a equidade de gênero, etnia, LGBTQIAP+, pessoas com deficiência e gerações.

Entre as iniciativas, o Comitê de Diversidade apoiou projetos de sensibilização para lideranças, com foco em processos afirmativos no Programa de Estágio, especialmente nas áreas de TI, Digital, Gente & Gestão e Pesquisa e Desenvolvimento. Além disso, o Programa elaborou e divulgou cartilhas de acolhimento a grupos de minorias para promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

A Companhia garantiu mais uma vez o seu espaço no IDIVERSA da B3, índice de empresas listadas em São Paulo, que se destacam por critérios de diversidade de gênero e raça, reafirmando o compromisso com inclusão, equidade e diversidade no ambiente corporativo, e no Índice Teva Mulheres na Liderança, que seleciona as empresas com maior representatividade de mulheres nos órgãos de governança.

Em 2024, a Companhia também manteve em Anápolis (GO), o CDI - Centro de Desenvolvimento Infantil, creche para filhos e filhas de colaboradoras, com idade entre 4 meses e 5 anos e 11 meses. Ali são desenvolvidas práticas educativas, organizadas de forma que a criança adquira gradativamente independência e autonomia, específicas para cada faixa etária.

Mercado de Capitais

As ações de emissão da Hypera Pharma são negociadas sob o símbolo HYPE3 no Novo Mercado da B3 - segmento da bolsa brasileira que congrega as companhias abertas com os mais elevados padrões de governança corporativa no Brasil.

Ao final de 2024, o total de ações de emissão da Companhia era de 633.420.823 ações ordinárias, das quais aproximadamente 63% estavam em livre circulação no mercado. As ações HYPE3 encerraram o ano cotadas a R\$18,09, ante R\$35,75 ao final de 2023, e o *bovespa*, principal índice da bolsa brasileira, encerrou o ano em 120.283 pontos, ante 134.185 pontos em 2023.

A Companhia possui também um Programa de *ADRs* (*American Depositary Receipts*) nível I, com títulos negociados em mercados de balcão não organizado dos Estados Unidos.

Dividendos

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras da controladora e após a constituição das reservas previstas em lei. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações de emissão da Companhia e irá depender de diversos fatores, dentre eles, resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, dentre outros eventuais elementos que o Conselho de Administração e os acionistas julgarem relevantes.

Em 2024, a Hypera Pharma aprovou a distribuição de aproximadamente R\$738,9 milhões a acionistas, sendo R\$661,9 milhões sob forma de juros sobre o capital próprio (JCP) e R\$77,0 milhões sob forma de dividendos.

A tabela a seguir indica o histórico de dividendos aprovados nos últimos três exercícios sociais, incluindo os Juros Sobre Capital Próprio:

	2022	2023	2024
Dividendos totais (R\$ milhões)	779,1	779,1	738,9
Dividendo por ação (R\$)	1,23	1,23	1,17

Pilar Social

A Hypera Pharma tem "Responsabilidade Social" como um dos principais pilares de sua atuação corporativa, investindo em projetos sociais alinhados a seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários.

Doações: Em 2024, a companhia se mobilizou para ajudar a população das regiões afetadas pelas fortes chuvas no Rio Grande do Sul. As ações da empresa somaram mais de R\$5 milhões e foram destinadas ao apoio emergencial e recursos para a reconstrução das comunidades atingidas.

Mutirões da Saúde: Ao longo do ano, foram realizados dois mutirões da saúde em parceria com o Instituto Horas da Vida, garantido acesso à saúde e medicamentos de qualidade para pessoas em vulnerabilidade social em São Paulo.

- **Mutirão da Saúde Neo Química:** A marca de genéricos e similares da Companhia promoveu o Mutirão da Saúde 2024, impactando mais de 300 famílias na Neo Química Arena. A ação contou com atendimentos médicos de atenção primária, oficinas sobre cuidados femininos, incluindo orientações sobre a prevenção ao câncer de mama, tour pelo estádio e atividades educativas/recreativas para crianças.

- **Mutirão da Saúde 2024:** por meio das marcas Mantecorp Farmasa e Mantecorp Skincare e do Instituto Horas da Vida, o mutirão atendeu aproximadamente 90 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no Colégio Mão Amiga, em Itapeperica da Serra (SP), e levou atendimento em pediatria, saúde da família e clínica geral aos jovens, além atividades educativas.

Instituto Horas da Vida: Mantecorp Farmasa e Mantecorp Skincare são mantenedoras da instituição, que segue estruturando uma rede de voluntariado com médicos, com foco em tratamentos de baixa complexidade.

Instituto Semear: a Hypera Pharma apoiou as ações desenvolvidas pelo Instituto Semear com 10 bolsistas patrocinados pela Companhia, que foram acompanhados em mentorias por alguns de nossos colaboradores durante todo o projeto. O Instituto Semear é uma organização sem fins lucrativos (ONG), com o objetivo de oferecer oportunidades de desenvolvimento para jovens universitários de baixa renda, para que eles permaneçam no ensino superior lutando pelos seus sonhos e alcancem o emprego de seus sonhos. Por meio da Bolsa-Auxílio, Mentoria e Rede de Contatos, os três pilares fundamentais do Instituto Semear, os jovens se desenvolvem para se tornarem líderes multiplicadores.

Recicla do Bem: a Companhia possui programa de voluntariado corporativo, com iniciativas relacionadas a temas de Saúde. Em 2024, o projeto realizou cerca de 30 atividades voluntárias, envolvendo mais de 100 participações voluntárias de nossos colaboradores em mais de 220 horas de voluntariado, beneficiando cerca de 280 pessoas em diferentes instituições, dentre lares de pessoas idosas, escolas públicas, ONGs, hospitais e abrigos de crianças.

Pilar Ambiental

Em março de 2024, a Hypera Pharma concluiu o Projeto Juntos pelo Araguaia, considerado o maior programa de recuperação de uma bacia hidrográfica no mundo, em parceria com o Instituto Espinhaço e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (Semad-GO). No total, a Hypera Pharma investiu cerca de R\$11 milhões na implementação do Lote II do programa, que abrange 230 hectares, com Restauração Florestal, Conservação de Solo e Engajamento Social Integrado.

Ao longo dos 3 anos, o projeto recebeu reconhecimentos significativos, incluindo o Prêmio Goiás Sustentável e o Troféu Seriemá em 2022, além do segundo lugar como melhor projeto de ESG no Lupa de Ouro de 2023. Ainda alinhada à gestão de recursos hídricos, a empresa deu início, em janeiro de 2024, ao projeto de adoção de áreas de nascentes, resultado de uma cooperação para a recuperação e preservação ambiental, por meio de obra civil de contenção de solo e recuperação florestal totalizando investimento de aproximadamente R\$4 milhões.

Ao longo de 2024, o Comitê de Eficiência de Recursos Naturais (COMEF), criado em 2021 para promoção do uso eficiente de recursos naturais, desenvolveu ações e projetos que otimizarão o índice de eficiência de geração de resíduos, o índice de eficiência de água e a redução de emissões de gases de efeito estufa de escopo 1. No complexo fabril de Anápolis, operado pela subsidiária Brainfarma, as iniciativas incluíram a redução do envio de resíduos comuns para aterros sanitários, cumprimento das metas de 2024 para resíduos sólidos e emissões de CO2 por unidade produzida, e melhorias no Programa de Eficiência Energética. O Sistema de Gestão Ambiental da unidade também se consolidou como uma ferramenta robusta e eficaz.

O Programa de Combate às Alterações Climáticas da Companhia recebeu o Prêmio Goiás Sustentável e o Prêmio de Sustentabilidade da Indústria Goiana pela FIEG.

Devido à transparência da Companhia na divulgação de suas emissões de gases de efeito estufa, a Hypera Pharma integrou mais uma vez o IC02, Índice Carbono Eficiente, da B3. Ainda em 2024, a Companhia manteve o *score* 'B' no *CDP* (*Carbon Disclosure Project*), acima da média global do setor farmacêutico.

Relacionamento com Auditores

Em atendimento à Resolução CVM 162/22, informamos que, no exercício de 2024, a Companhia contratou seus auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa, referentes ao serviço de avaliação do relatório de avaliação patrimonial de determinados bens do ativo imobilizado, decorrentes da aquisição da Boehringer Ingelheim do Brasil Química Farmacêutica Ltda., e à asseguarção limitada de dados do relatório de sustentabilidade do exercício de 2023 da Companhia. A remuneração total por tais serviços foi de R\$214,6 mil, ou 8,9% da remuneração global dos honorários dos serviços de auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos serviços eventualmente prestados por auditores independentes não relacionados aos serviços de auditoria externa.

Os auditores independentes declararam à Administração que não possuem fatores que afetem a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

Câmara de Arbitragem

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as disputas e controvérsias decorrentes de ou relacionadas ao Estatuto Social, ao Regulamento do Novo Mercado, às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, aos Regulamentos da B3 e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral deverão ser solucionadas por arbitragem, a ser conduzida na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3.

Informações Gerais

JURISDIÇÃO FISCAL	BRASIL
Entidades que fazem parte da jurisdição fiscal	Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A., My Agência de Propaganda Ltda., Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A., Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A., Simple Organic Beauty S.A., Mantecorp Participações S.A., Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda., Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda. e Solana Agropecuária Ltda.
Descrição das atividades	Fabricação e distribuição de medicamentos, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
Número de funcionários ao final de 2024	10.481
Receita Líquida em 2024	R\$7.442,5 milhões
Lucro antes dos impostos (LAIR) em 2024	R\$979,3 milhões
Imposto de Renda e Contribuição Social em 2024	R\$355,4 milhões
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos em 2024	- R\$7,9 milhões

HYPERA S.A.
São Paulo, 20 de março de 2025





Hypera S.A.
CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91

Demonstrações FINANCEIRAS 2024

Balancos Patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	1.236.461	2.366.433	1.739.327	2.580.893
Contas a receber (Nota 11)	2.208.445	2.596.277	2.249.259	2.642.146
Estoques (Nota 12)	716.529	549.064	1.938.600	2.191.731
Tributos a recuperar (Nota 13)	228.196	291.117	414.561	446.514
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4(f))	124.128	-	125.455	295
Dividendos propostos a receber	5.413	35.389	5.413	4.795
Outros ativos (Nota 14)	90.588	126.609	209.261	211.392
	4.609.760	5.964.889	6.681.876	8.077.766
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 21(a))	1.277.580	828.826	1.684.251	869.524
Tributos a recuperar (Nota 13)	21.648	165.273	65.764	222.666
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4(f))	33.995	11.841	33.995	11.848
Outros ativos (Nota 14)	236.876	188.052	259.291	213.845
	1.570.099	1.193.992	2.043.301	1.317.883
Ativos Biológicos				
Investimentos (Nota 15)	7.225.197	6.299.087	144.494	120.639
Imobilizado (Nota 16)	290.972	298.941	3.891.156	3.548.040
Intangível (Nota 17)	10.108.188	10.062.700	11.790.855	11.431.840
	17.924.357	16.860.728	15.833.906	15.113.922
	19.194.456	17.854.720	17.877.207	16.430.985
Total do ativo	23.804.216	23.819.609	24.559.083	24.508.751

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital					Reservas de lucros			Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Total do Patrimônio Líquido		
	Capital	Ágio na emissão de ações	Opções de compra de ações	Debêntures Opção bônus	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de subvenção governamental	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados		atribuído aos acionistas controladores	atribuído aos acionistas não controladores
Em 1º de janeiro de 2023	4.478.126	1.049.560	132.906	50.244	(87.134)	(244.191)	180.592	4.950.300	135.357	-	10.645.760	9.681	10.655.441
Opção de compra de ações	-	-	28.761	-	-	-	-	-	-	-	28.761	-	28.761
Resultado nas vendas de ações em tesouraria	-	(71.400)	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.400)	-	(71.400)
Ágio de participação em controladas	-	-	-	-	-	(16.881)	-	-	-	-	(16.881)	-	(16.881)
Aquisições de ações (Nota 25(d))	-	-	-	-	(44.028)	-	-	-	-	-	(44.028)	-	(44.028)
Alienções de ações (Nota 25(d))	-	-	-	-	110.885	-	-	-	-	-	110.885	-	110.885
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.647.960	1.647.960	2.590	1.650.550
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(779.078)	(779.078)	-	(779.078)
Constituição da reserva de subvenção governamental (Nota 25(i))	-	-	-	-	-	-	786.484	-	-	-	(786.484)	-	-
Constituição de reserva legal (Nota 25(ii))	-	-	-	-	-	82.398	-	-	-	-	(82.398)	-	-
Participação atribuída aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.478	1.478
Outros resultados abrangentes													
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	(17.855)	-	-	-	-	(17.855)	-	(17.855)
Em 31 de dezembro de 2023	4.478.126	978.160	161.667	50.244	(20.277)	(278.927)	262.990	5.736.784	135.357	-	11.504.124	13.749	11.517.873
Em 1º de janeiro de 2024	4.478.126	978.160	161.667	50.244	(20.277)	(278.927)	262.990	5.736.784	135.357	-	11.504.124	13.749	11.517.873
Integralização de capital com reserva de subvenção governamental (Nota 25(a))	5.227.760	-	-	-	-	-	-	(5.227.760)	-	-	-	-	-
Exercício de Opção de compra de ações	-	(40.010)	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.010)	-	(40.010)
Resultado nas vendas de ações em tesouraria	-	-	33.203	-	-	-	-	-	-	-	33.203	-	33.203
Ágio de participação em controladas	-	-	-	-	-	(1.903)	-	-	-	-	(1.903)	-	(1.903)
Aquisições de ações em tesouraria (Nota 25(d))	-	-	-	-	(55.807)	-	-	-	-	-	(55.807)	-	(55.807)
Alienções de ações em tesouraria (Nota 25(d))	-	-	-	-	53.256	-	-	-	-	-	53.256	-	53.256
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.340.990	1.340.990	(10.115)	1.330.875
Dividendos intercalares originados de reservas de lucros (Nota 25(ii))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(76.999)	(76.999)	-	(76.999)
Constituição de reserva legal (Nota 25(ii))	-	-	-	-	-	67.050	-	-	-	-	(67.050)	-	-
Constituição de reserva para orçamento de capital (Nota 25(i))	-	-	-	-	-	-	612.061	-	-	(612.061)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 25(ii))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(661.879)	(661.879)	-	(661.879)
Participação atribuída aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.904	1.904
Outros resultados abrangentes													
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	1.306	-	-	-	-	1.306	-	1.306
Em 31 de dezembro de 2024	9.705.886	938.150	194.870	50.244	(22.828)	(279.524)	330.040	509.024	670.419	-	12.096.281	5.538	12.101.819

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Hypera S.A. é uma empresa farmacêutica brasileira, que detém posição de liderança em diversos mercados em que está presente e tem como missão "dar acesso à saúde para a população brasileira, oferecendo produtos de alta qualidade e segurança, investindo continuamente em inovação para crescer de forma sustentável para que as pessoas vivam mais e melhor". É uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo-SP, e listada no Novo Mercado e tem ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão). Quando em conjunto com suas subsidiárias, será doravante denominada "Grupo", exceto se explicitamente indicado. Principais produtos: a) Com a marca guarda-chuva Mantecorp Farmasa, a Companhia atua em diversas especialidades médicas no segmento de Primary Care (Cuidados Básicos), estando presente na maior parte das principais classes terapêuticas do país^{1,2} com produtos como Addera D³, Nesina, Dramin, Alivium, Predsim, Lisador e Rinorosin; b) Com Mantecorp Skincare, oferece dermatocósmicos recomendados por dermatologistas em todo o Brasil, segundo informações da Close-Up International. Atua nesse segmento também com as marcas Simple Organic, de produtos orgânicos, veganos e isentos de crueldade animal, e Bioage, focada no mercado de tratamentos estéticos profissionais; c) A Companhia é líder no mercado de medicamentos isentos de prescrição no Brasil⁴ com marcas como Apracur, Benegrip, Buscopan, Conistina D Pro, Engov, EPOCH, Estomazil, Neosalina, dentre outras. Atua também nos mercados de nutricionais, adócentes e suplementos vitamínicos, com marcas como Tamarine, Biotônico Fontoura e Zero-Cal, marca Top of Mind e há 21 anos no Brasil; d) A Companhia é líder, com a marca Neo Química, no mercado de medicamentos Similares e Genéricos no Brasil⁵. A marca é Top of Mind em genéricos⁶ e chega a quase todos os pontos de venda do mercado farmacêutico brasileiro⁶, em linha com a Missão da Companhia de promover acesso à saúde para a população. e) Desde 2021, a Companhia atua também no canal institucional, composto por hospitais e clínicas públicos e privados, que representam 40% do mercado farmacêutico total no Brasil⁷. Nesse mercado, comercializa marcas como Bac-Sulfirín, Buscopan e Dramin injetáveis, além de seu primeiro produto exclusivo para esse canal, o Hylot (propofol), e do primeiro medicamento biológico da Companhia, o Hylbut, para tratamento de trombose venosa profunda e embolia pulmonar.

¹ Dados IQVIA.
² Considerando classificação CT Nivel 2.
³ Mercado Farmacêutico Total Hypera, segmentos de mercado MIP, valores em PPP.
⁴ Segundo o Datafolha.
⁵ Mercado Farmacêutico Total Hypera, segmentação em laboratórios, valores em unidades.
⁶ IQVIA Retail Insights MAT NOV 2024.
⁷ Fonte: IQVIA world review Nov/24 (Dados YTD Set/24)

Seu principal centro de distribuição está localizado em Anápolis-GO, sendo a sua produção de mercadorias é realizada substancialmente nas controladas Brainfarm Indústria Química Farmacêutica S.A. ("Brainfarm") e Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. ("Cosmed"), em unidades situadas no Estado de Goiás. Em 2023, a Brainfarm passou a deter também unidade de produção localizada em Itapeçoca da Serra-SP. As atividades de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos, dermatocósmicos e nutricionais estão concentradas no centro de inovação da controlada Brainfarm em Barueri- SP. Estas instalações abrigam tecnologias para desenvolvimento de produtos em diversas formas farmacêuticas, nos seis laboratórios que integram o complexo. A Companhia conta ainda com uma ampla estrutura de vendas e distribuição com abrangência nacional. Seus produtos são distribuídos em todo o território brasileiro, diretamente a varejistas ou indiretamente, via distribuidores.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado ou do resultado abrangente. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, e há premissas e estimativas significativas às demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas estão sendo evidenciadas, as quais correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2025. **a. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB - atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas na gestão da administração. **b. Operações descontinuadas:** As operações decorrentes de atividades que foram alienadas ou descontinuadas, e que atingem os critérios para apresentação como operações descontinuadas são divulgadas na demonstração do resultado, separado do restante das operações da Companhia, como segue: (i) Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no exercício corrente que estejam diretamente relacionados com operação descontinuada em exercício anterior, bem como os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido do imposto de renda e contribuição social. (ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentados no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial. **c. Novas Normas e Interpretações:** **(a) Alterações adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024: **Alteração ao IAS 1/CPIC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 -** "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities

as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos dez meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **Alteração ao IFRS 16/CPIC 06 (R2) - Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisitos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locação de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Alterações ao IAS 7/CPIC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPIC 04 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em (b). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **(b) Alterações de normas novas não efetivas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não são permitidas no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Alterações ao IAS 21 - Falta de convertibilidade: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é convertível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a utilizar a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de convertibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos dos contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade à variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que depende de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de "own use"; (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o

Demonstrações de Resultados

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Operações continuadas				
Receita líquida (Nota 26)	7.509.747	7.994.963	7.442.466	7.914.658
Custo dos produtos vendidos (Nota 27(a))	(3.750.357)	(3.728.331)	(3.061.467)	(2.919.114)
Lucro bruto	3.759.390	4.266.632	4.380.999	4.995.544
Despesas com vendas e marketing (Nota 27(a))	(2.016.113)	(1.914.619)	(2.288.299)	(2.172.415)
Despesas administrativas e gerais (Nota 27(a))	(241.351)	(232.582)	(365.464)	(348.121)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (Nota 27(b))	(263.279)	(198.040)	68.533	22.910
Equivalência patrimonial (Nota 15(b))	651.273	554.193	24.181	19.893
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.889.920	2.475.584	1.819.950	2.517.811
Receitas financeiras (Nota 27(c))	231.119	219.098	271.583	247.605
Despesas financeiras (Nota 27(d))	(1.213.227)	(1.371.031)	(1.112.295)	(1.255.914)
Resultado financeiro, líquido	(982.108)	(1.151.933)	(840.712)	(1.008.336)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	907.812	1.323.651	979.238	1.509.475
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21(c))	(435.303)	(324.872)	(353.762)	(411.638)
Resultado líquido das operações continuadas	1.343.115	1.648.523	1.330.000	1.651.113
Operações descontinuadas				
Resultado líquido de operações descontinuadas	(2.125)	(563)	(2.125)	(563)



★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. • **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: • Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. • Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o órgão deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ativo e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. • A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros e outros pagamentos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • **IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **d. Contabilidade de hedge:** A IFRS 9 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco e que se aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduziu novos requerimentos de equilíbrio de relações de hedge e probe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o modelo é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. A Companhia e suas controladas utilizam contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrentes de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira. De acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa há o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro quando este for reconhecido. **2.2. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais (Nota 15). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. A Companhia possui investimentos em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto que não são consolidados, mas sim avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **2.3. Combinação de negócios:** As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pelo preço de compra, incluindo a transferência avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Os ativos adquiridos e passivos assumidos em uma aquisição de negócios são mensurados no reconhecimento inicial a valores justos. O ativo é mensurado como sendo o excedente entre os valores justos da contraprestação transferida e a transferência dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos). **2.4. Conversão de moeda estrangeira:** a. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas em que a Companhia detém investimento são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais - R\$, que é também a moeda funcional da Companhia e de suas investidas, locais localizadas no Brasil. **b. Transações e saldos:** As operações comerciais transferidas, avaliadas com base no valor justo na data de aquisição, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remeteridos. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, como também receita ou despesa financeira. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **2.6. Classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e determinados outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do efeito obtido. **Ativos financeiros mensurados pelo IFRS 9 por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa categoria é composta pelas transações de hedge que visam a cobertura dos riscos relacionados ao fluxo de caixa, a variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e a valor justo, que são considerados no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge, quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos emitidos e recebidos em derivativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos. **2.6.1 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.2 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia avalia a abordagem de provisões para perdas esperadas. O ganho ou a perda resultante são esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; ii. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; iii. A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas a dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; iv. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; v. O desaparelhamento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado por meio de um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Hedges de valor justo:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao valor justo. O ganho ou a perda resultante são reconhecidos no resultado do exercício no resultado financeiro. **Hedges de fluxos de Caixa:** Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no resultado abrangente dentro do Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, incluindo os custos de distribuição. O ganho ou a perda resultante são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.9. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas e, no consolidado, líquido das eliminações de lucros não realizados nos estoques. **2.10. Imobilização:** Terras e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções, quando incorridos são lançados em contrapartida ao resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os custos subsequentes, incluindo melhorias e atualizações, são reconhecidos como ativos separados se os itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conformar média abaixo:

	2024	2023
	USD mil	EUR mil
Edificações	39,2	39,2
Máquinas e equipamentos	19,6	19,6
Veículos	3,6	3,6
Móveis e utensílios	19,4	19,4

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso apropriados, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12). Os ganhos e as perdas de

alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **2.11. Intangíveis:** **a. Agio:** O agio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago (ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida). O agio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" no consolidado e como investimento na controladora. O agio é testado no mínimo anualmente para verificar perdas (*impairment*) adicionalmente quando indicadores de perda no valor recuperável são identificados. O agio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre agio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do agio relacionado com a entidade vendida. **b. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangíveis mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Além das marcas próprias adquiridas em combinação de negócio, a Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado. Esses ativos são amortizados durante sua vida útil, de acordo com a média estimável, conforme abaixo:

	2024	2023
	USD mil	EUR mil
Software	5,1	5,1

c. Software: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles sejam utilizáveis para serem utilizados. Os custos são amortizados durante sua vida útil média estimável de 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **d. Pesquisas e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas, quando incorridos são registrados diretamente no resultado. Já os gastos com desenvolvimento são capitalizados apenas se os custos puderem ser mensurados de forma confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos necessários para concluir o desenvolvimento, além de utilizar e vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e reduzido do imposto de renda e provisões para contingências. Perdas por *impairment* não são reconhecidas sobre o custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.14. Cessão de crédito:** Alguns fornecedores e prestadores de serviços têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito". Entretanto, para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas, tão pouco custo financeiro adicional. **2.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos. Os empréstimos são inicialmente mensurados pelo custo líquido de aquisição, incluindo o método de custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.16. Cessão de crédito:** Alguns fornecedores e prestadores de serviços têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito". Entretanto, para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas, tão pouco custo financeiro adicional. **2.16. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos. Os empréstimos são inicialmente mensurados pelo custo líquido de aquisição, incluindo o método de custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** São despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício e de impostos incidentes sobre o lucro líquido. O imposto de renda é determinado pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.18. Demais tributos a recuperar:** São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de crédito em relação aos impostos incidentes sobre o lucro líquido. **2.19. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas por participantes em derivativos. **2.20. Subvenções governamentais:** São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, reformo sistematicamente em relação aos custos cujo benefício se objetiva compensar. A Companhia tem incentivo fiscal no ICMS, concedido pelo governo do Estado de Goiás na forma de Crédito Outorgado. Com fundamento no Termo de Acordo de Regime Especial, celebrado com a Secretaria do Estado da Fazenda de Goiás, este crédito outorgado é utilizado para dedução do ICMS a pagar. Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício na rubrica "deduções de vendas", sendo o crédito efetuado mensalmente de acordo com a emissão de notas fiscais tributadas pelo ICMS. A Companhia considera as condições e obrigações que precisa cumprir. **2.21. Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, no consolidado líquido das eliminações das vendas entre empresas controladas. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma possa ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfetida e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. **2.22. Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(RF)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que exercerá uma opção de compra o ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo, a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

	2024	2023
	USD mil	EUR mil
Edificações	5,0	5,0
Veículos	5,0	5,0
Equipamentos	5,0	5,0

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento

de arrendamento revisado fixo em essência. **2.23. Resultado por ação:** A Companhia efetua o cálculo do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (Resultado por ação). O lucro diluído por ação é calculado baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas potenciais ações ordinárias diluíveis. **2.24. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Além disso, dividendos podem ser pagos com utilização do lucro autêntico com base nas informações trimestrais da Companhia. Estes dividendos intercalares trimestrais não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos intercalares será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos. Adicionalmente o Conselho de Administração poderá decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, calculado nos termos da legislação aplicável, os quais serão considerados antecipação do dividendo obrigatório. **2.25. Demonstrações de valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e nos fatos e circunstâncias existentes no momento da avaliação. As estimativas são necessárias em circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com possibilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios estão contempladas abaixo. **a. Perda (impairment) estimada em ativos não financeiros:** A Companhia testa eventos perdas (*impairment*) nas contas de agio, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 26), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 16 e 17). **b. Vida útil de marcas e ativos imobilizados:** Dados a estratégia de negócio e o investimento em recursos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível à vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização. A revisão da vida útil do imobilizado é feita anualmente a partir de laudo preparado internamente por especialistas da Companhia. No exercício, não houve alterações relevantes na vida útil dos bens, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada. (Nota 16). **c. Contingências passivas:** A Nota 24 apresenta informações sobre passivos e contingências que a Companhia está exposta no curso de seus negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros, os quais não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas. **d. Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos:** O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura exigem julgamentos significativos pela administração da Companhia. Não há qualquer impacto ou repercussão fiscal no texto. A questão trata-se da recuperabilidade dos impostos diferidos e não da sua qualidade.

4. Gestão do risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado incluindo risco de moeda, valor justo, taxa de juros, fluxo de caixa, preço, crédito e a liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos que proibe negociações especulativas e venda a descoberto, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. **b. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	Controladora				Consolidado			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
	USD mil	EUR mil	R\$ mil	USD mil	EUR mil	R\$ mil	USD mil	EUR mil
Passivo								
Fornecedores	218	-	1.371	172	-	834	-	-
Cessão de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	65.896	56.701	770.296	65.787	56.667	622.644	-	-
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	(65.000)	(54.473)	(750.494)	(65.000)	(54.795)	(607.447)	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
Exposição líquida	1.114	2.228	21.173	959	1.872	16.031	-	-
Consolidado								
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
	USD mil	EUR mil	R\$ mil	USD mil	EUR mil	R\$ mil	USD mil	EUR mil
Ativo								
Clientes	(445)	-	(2.795)	-	-	-	-	-
Passivo								
Fornecedores	8.197	-	50.670	5.348	-	25.961	-	-
Cessão de crédito	33.708	-	208.345	35.233	-	171.023	-	-
Empréstimos e financiamentos	65.896	56.701	770.296	65.787	56.697	622.807	-	-
Instrumentos derivativos que mitigam riscos	(66.234)	(54.473)	(758.124)	(119.627)	(54.795)	(674.331)	-	-
Outros passivos	58	42	589	377	15	1.924	-	-
Exposição líquida	41.180	2.270	268.981	(12.882)	1.917	(52.616)	-	-

c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros e inflação: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos, debêntures e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seus passivos financeiros, não simulando diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiando o hedge alternativos. No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI, TULP, TR e IPCA:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	USD mil	EUR mil	USD mil	EUR mil
Empréstimos, financiamentos e Swaps CDI	965.143	987.227	965.143	987.227
Financiamento T.J.P	256.465	256.465	256.465	256.465
Financiamento TR	225.704	225.704	225.704	225.704
Debêntures CDI	3.514.809	3.514.809	3.514.809	3.514.809
Debêntures IPCA	609.028	609.028	609.028	609.028
Títulos a pagar CDI	6.197	6.197	6.197	6.197
Aplicativos financeiros CDI (Nota 10)	(1.184.273)	(1.184.273)	(1.184.273)	(1.184.273)
Exposição líquida	4.392.771	3.918.684	4.392.771	3.918.684

d. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros). A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, histórico de pagamentos, informações públicas e de instituições de análise de crédito (Serasis, CISP e CreditRat). Os limites de riscos individuais são determinados com base em monitoramento intencional e regular. Parte significativa das vendas da Companhia é realizada para grandes redes varejistas e distribuidoras pulverizadas no território nacional o que mitiga o risco de crédito consolidado da Companhia. Adicionalmente, a área de análise de crédito utiliza os controles anteriormente referidos para acompanhamento e avaliação constantes da carteira da Companhia. Vide detalhes sobre a análise de vencimentos na Nota 11. **e. Risco de liquidez:** A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro.

	Controladora				Consolidado			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023



★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ (2.776.952) no consolidado (2023 - R\$ (5.418.666)) e R\$ (2.784.582) na controladora (2023 - R\$ (5.985.550)). Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram, o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ganhos no valor de R\$ 119.191 no consolidado (2023 perdas de R\$ 43.629) e ganhos no valor de R\$ 117.864 na controladora (2023 perdas de R\$ 27.799). Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Controladora:

Tipo	Contrapartes	Valor de Referência (nocial)		Valor Justo a receber (a pagar)		Ganhos (perdas) realizados	
		dez/24	dez/23	dez/24	dez/23	dez/24	dez/23
Moeda Estrangeira							
Contratos a termo							
Posição comprada		-	-	-	-	-	-
Posição vendida		-	-	-	-	-	-
Contratos de Swap							
Posição comprada	BNP, Citibank	750.494	607.447	119.958	(33.583)	(40.317)	(60.752)
Subtotal		750.494	607.447	119.958	(33.583)	(40.317)	(60.752)
Taxa de Juros							
Contratos de Swap							
- Posição Ativa Pré							
	BNP Paribas, Itaú, Merrill Lynch, Santander, XP	(3.660.997)	(6.292.997)	36.960	5.784	43.369	(7.004)
Posição Comprada	Investimentos BNP Paribas, Itaú, BOFA, XP	1.000.000	1.000.000	(1.205)	10.251	2.195	(7.004)
Posição Vendida	Investimentos, Santander	(4.660.997)	(7.292.997)	38.165	(4.467)	41.174	-
Equity Swap		125.921	-(39.054)	-	-	-	-
	BNP Paribas, Itaú, Merrill Lynch, Santander, XP	-	-	-	-	-	-
Posição Comprada	Investimentos	125.921	-(39.054)	-	-	-	-
Total		(2.784.582)	(5.685.550)	117.864	(27.799)	3.052	(67.756)

Consolidado:

Tipo	Contrapartes	Valor de Referência (nocial)		Valor Justo a receber (a pagar)		Ganhos (perdas) realizados	
		dez/24	dez/23	dez/24	dez/23	dez/24	dez/23
Moeda Estrangeira							
Contratos a termo							
		7.630	266.884	1.327	(15.950)	(6.144)	(86.697)
Contratos de Swap							
- Posição Pré Ativa							
	ABC Brasil, Banco do Brasil, BNP Paribas, Bradesco, BTG, Citibank, Itaú, JP Morgan, Merrill Lynch, Safra, Santander, Votorantim, XP	7.630	299.730	1.327	(16.202)	(5.796)	(91.226)
Posição comprada	Investimentos ABC Brasil, Banco do Brasil, JP Morgan, Merrill Lynch, Votorantim, XP	7.630	299.730	1.327	(16.202)	(5.796)	(91.226)
Posição vendida	Investimentos	-	-(32.846)	-	252	(348)	4.529
Equity Swap		750.494	607.447	119.958	(33.464)	(40.317)	(60.752)
Posição comprada	BNP, Citibank	750.494	607.447	119.958	(33.464)	(40.317)	(60.752)
Subtotal		758.124	874.331	121.285	(49.414)	(46.461)	(147.449)
Taxa de Juros							
Contratos de Swap							
- Posição Pré Ativa							
	BNP Paribas, Itaú, Merrill Lynch, Santander, XP	(3.660.997)	(6.292.997)	36.960	5.785	43.369	(7.004)
Posição comprada	Investimentos BNP Paribas, Itaú, BOFA, XP	1.000.000	1.000.000	(1.205)	10.251	2.195	(7.004)
Posição vendida	Investimentos, Santander	(4.660.997)	(7.292.997)	38.165	(4.466)	41.174	-
Equity Swap		125.921	-(39.054)	-	-	-	-
Posição comprada	Investimentos	125.921	-(39.054)	-	-	-	-
Total		(2.776.952)	(5.418.666)	119.191	(43.629)	(3.092)	(154.453)

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos: (i) Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela B3. (ii) Swaps - são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de cupom cambial e de DI futuro para cada data-base, conforme informado pela B3.

h. Análise de sensibilidade: Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos que descrevem os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I), considerando 10,46% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano), segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras trimestrais contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

Risco	Controladora					
	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	25% de oscilação		50% de oscilação			
(em R\$ milhares)	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação
Moeda Estrangeira	5,544	6,840	4,644	7,740	3,096	9,289
Hedge econômico	(78.760)	78.760	(188.167)	188.167	(376.328)	376.335
Contratos a termo	-	-	-	-	-	-
Swap	78.760	78.760	(188.167)	188.167	(376.328)	376.335
Objeto do hedge econômico	78.760	(78.760)	188.167	(188.167)	376.328	(376.335)
Efeito líquido	-	-	-	-	-	-

Risco	Consolidado					
	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	25% de oscilação		50% de oscilação			
(em R\$ milhares)	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação	Apreciação	Depreciação
Moeda Estrangeira	5,544	6,840	4,644	7,740	3,096	9,289
Hedge econômico	(79.555)	79.555	(190.066)	190.066	(380.127)	380.134
Contratos a termo	(795)	795	(1.899)	1.899	(3.799)	3.799
Swap	78.760	78.760	(188.167)	188.167	(376.328)	376.335
Objeto do hedge econômico	79.560	(79.560)	190.078	(190.078)	380.150	(380.157)
Efeito líquido	5	(5)	12	(12)	23	(23)

A análise de sensibilidade apresentada acima demonstra o efeito líquido no resultado, considerando mudanças com relação à cotação do Dólar estadunidense e à cotação do Euro, mantendo constante todas as demais variáveis associadas a outros riscos. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos empréstimos, financiamentos, debêntures, e títulos a pagar projetado para o primeiro trimestre de 2025.

Controladora:

Cenários de variação	Cenário provável*	Variação de 25%		Variação de 50%	
		8.280	29.316	58.632	117.264
Empréstimos CDI	1.289	4.764	9.528	19.056	
Financiamentos TJLP	1.829	4.764	9.528	19.056	
Debênture CDI	31.027	106.762	213.525	427.050	
Debênture IPCA	3.030	2.253	4.507	9.014	
Financiamentos TR	2.418	457	914	1.828	
Títulos a pagar CDI	55	188	376	752	
Aplicações financeiras	(10.457)	(35.981)	(71.963)	-	
Total do efeito perda (ganho)	35.882	107.759	215.519	431.138	

Consolidado

Cenários de variação	Cenário provável*	Variação de 25%		Variação de 50%	
		7.981.894	7.611.495	7.501.122	7.408.742
Empréstimos CDI	8.715	29.987	59.974	119.948	
Financiamentos TJLP	1.289	4.764	9.528	19.056	
Debênture CDI	31.027	106.762	213.525	427.050	
Debênture IPCA	3.030	2.253	4.507	9.014	
Financiamentos TR	2.418	457	914	1.828	
Títulos a pagar CDI	55	188	376	752	
Aplicações financeiras	(14.837)	(51.053)	(102.105)	-	
Total do efeito perda (ganho)	31.697	93.358	186.719	373.433	

* Premissas cenário provável
CDI previsto 13,14% a.a.; TJLP prevista de 7,97% a.a.; IPCA prevista 1,98% a.t.; TR prevista 1,89% a.a.

5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	9.357.947	9.926.062	9.380.041	9.937.779
Total de títulos a pagar	17.326	24.057	17.326	24.057
Perda (ganho) com hedge financeiro	(156.918)	27.799	(156.918)	27.799
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(1.236.461)	(2.366.433)	(1.739.327)	(2.580.893)
Dívida (caixa e equivalentes de caixa) líquida	7.981.894	7.611.495	7.501.122	7.408.742
Total do patrimônio líquido	12.096.281	11.504.124	12.101.819	11.517.873
Patrimônio líquido ajustado	20.078.175	19.115.609	19.602.941	18.926.615
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado	39,8%	39,8%	38,3%	39,1%

6 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, menos a perda (impairment) e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares (Nota 20 (b)). A Companhia aplica o CPC 40(R1)/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente ligado aos preços ou indiretamente aos derivados dos preços (nível 2);
- Inserções para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os instrumentos derivativos ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2024, bem como os valores demonstrados a valor justo.

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Saldo total	Nível 1	Nível 2	Saldo total
Ativos						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	-	-	-	-	-	-
Passivos						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	-	-	-	-	-	-

Operação	Índexação	Tipo de hedge	Valor		Saldo ativo/ (passivo)	Ganho/ (perda) no resultado abrangente
			principal	(passivo)		
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	500.000	500.000	-	(25)
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	500.000	1.182	-	(84)
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	1.000.000	1.000.000	-	5.271
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	1.000.000	7.564	-	3551
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	368.000	368.000	-	3.719
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	800.000	800.000	-	8.442
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	200.000	200.000	-	1.748
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	200.000	2.218	-	4.885
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	550.000	550.000	-	2.003
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	242.997	2.468	-	2.003
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	242.997	2.468	-	(39.054)
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	242.997	2.468	-	(39.054)

Operação	Índexação	Tipo de hedge	Valor		Saldo ativo/ (passivo)	Ganho/ (perda) no resultado abrangente
			principal	(passivo)		
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	500.000	500.000	-	(25)
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	500.000	1.182	-	(84)
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	1.000.000	1.000.000	-	5.271
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	1.000.000	7.564	-	3551
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	368.000	368.000	-	3.719
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	800.000	800.000	-	8.442
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	200.000	200.000	-	1.748
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	200.000	2.218	-	4.885
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	550.000	550.000	-	2.003
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	242.997	2.468	-	2.003
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	242.997	2.468	-	(39.054)
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	242.997	2.468	-	(39.054)

Operação	Índexação	Tipo de hedge	Valor		Saldo ativo/ (passivo)	Ganho/ (perda) no resultado abrangente
			principal	(passivo)		
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	500.000	500.000	-	(25)
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	500.000	1.182	-	(84)
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	1.000.000	1.000.000	-	5.271
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	1.000.000	7.564	-	3551
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	368.000	368.000	-	3.719
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	800.000	800.000	-	8.442
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	200.000	200.000	-	1.748
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	200.000	2.218	-	4.885
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	550.000	550.000	-	2.003
Swap	CDI+ vs Pré	Fluxo de Caixa	242.997	2.468	-	2.003
Debênture	CDI+	Fluxo de Caixa	242.997	2.468		



Hypera S.A.
CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Clientes no país	2.229.462	2.616.023	2.277.429	2.664.750
Clientes no exterior	-	-	2.795	-
Perda de crédito esperada	(21.017)	(19.746)	(30.965)	(22.604)
	2.208.445	2.596.277	2.249.259	2.642.146

Os valores de contas a receber que se encontram vencidos, mas não *impaired*, correspondem a uma série de clientes independentes que não apresentam histórico recente de inadimplência e/ou estão envolvidos em negociações em andamento com alta probabilidade de êxito. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Até três meses	5.306	4.514	5.313	4.408
De três a seis meses	3.291	118	3.291	118
Acima de seis meses	7.002	1.820	7.002	1.820
	15.599	6.452	15.606	6.346

A constituição e a baixa da provisão para perdas de créditos esperadas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas e marketing". Os valores debitados na conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos em 31/12/2023	-	-	(22.604)	-
(Adições)/Reversões, líquidas	(1.271)	-	(8.361)	-
Saldos em 31/12/2024	(21.017)	(19.746)	(30.965)	(22.604)

12 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Produto acabado e revenda	758.182	604.903	839.187	887.751
Produto semiacabado	-	-	143.969	145.356
Matéria-prima	-	-	1.023.530	1.137.761
Manutenção e suprimentos	122	171	186.976	203.919
Perdas esperadas	(41.775)	(56.010)	(255.062)	(183.056)
	716.529	549.064	1.938.600	2.191.731

A tabela abaixo apresenta a movimentação de perdas esperadas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 31/12/2023	-	-	(183.056)	-
Adições do exercício (a)	(120.748)	-	(234.270)	-
Baixas do exercício (b)	134.983	-	162.264	-
Saldo em 31/12/2024	(41.775)	(56.010)	(255.062)	(183.056)

(a) Referem-se às perdas esperadas dos estoques por descontinuidade, validade, qualidade e realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Companhia.
(b) Compostas, substancialmente, pelas baixas e reversões dos produtos descartados pela Companhia e por suas controladas.

13 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS/COFINS/IFI e outros	58.278	276.857	157.245	378.389
ICMS	107.516	102.969	200.907	186.631
IRPJ e CSLL a recuperar	84.050	76.564	122.173	104.160
	249.844	456.390	480.325	669.180
	228.196	291.117	414.561	446.514
	21.648	165.273	65.764	222.666

14 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas antecipadas (a)	60.823	67.306	113.693	100.828
Títulos a receber	95.241	64.966	100.535	68.962
Depósitos judiciais (b)	148.116	129.169	163.862	149.577
Adiantamentos	15.995	48.446	88.249	103.345
Outros	7.289	4.774	2.213	2.525
	327.464	314.661	468.552	425.237

Circulante
Não circulante
(a) Referem-se substancialmente aos pagamentos antecipados de Propaganda e Publicidade.
(b) Referem-se substancialmente aos depósitos de garantia de contingências.

15 Investimentos

Empresa	Data da Constituição	País	Negócio	Participações nas ações/quotas		Tipo de participação
				2024	2023	
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	17/11/2008	Brasil	Adoçantes/Farma	100%	100%	Direta
My Agência de Propaganda Ltda.	29/11/1999	Brasil	publicidade	100%	100%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	93,50%	93,50%	Direta
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	24/06/2002	Brasil	Farma	6,50%	6,50%	Indireta
Bionovis S.A.	15/07/2010	Brasil	Biocologia	25%	25%	Direta
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A.	15/09/1966	Brasil	Farma	100%	100%	Indireta
Simple Organic Beauty S.A.	29/04/2016	Brasil	beleza natural	64,93%	64,93%	Direta
Mantecorp Participações S.A.	28/09/2016	Brasil	Holding	100%	100%	Direta
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	29/08/2014	Brasil	Dermocosméticos	100%	100%	Direta
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	13/07/2001	Brasil	Dermocosméticos	100%	100%	Indireta
Solana Apecuarária Ltda.	04/11/1981	Brasil	Lavoura	100%	100%	Indireta
Amigotech S.A.	02/07/2001	Brasil	Tecnologia	15%	15%	Direta

a. Movimentação dos investimentos da Controladora:

	Brainfarma		Cosmed		Mantecorp		Bionovis		My		Outros		Total
	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo	Ágio	Ágio	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2024	4.499.835	1.189.210	323.920	80.477	10.440	130.361	64.844	6.299.087	-	-	-	-	6.299.087
Aumento de capital	194.613	-	-	4.658	-	39.838	-	239.109	-	-	-	-	239.109
Equivalência patrimonial	539.925	117.941	2.511	24.181	307	(33.592)	-	651.273	-	-	-	-	651.273
Parcela de equivalência descontinuada no investimento	180	(144)	-	-	-	124	-	160	-	-	-	-	160
Stock Option/Matching/Restricted	6.546	356	192	-	-	330	-	7.422	-	-	-	-	7.422
Ajuste de avaliação patrimonial	456	1.026	31	2.137	-	(9)	-	3.547	-	-	-	-	3.547
Dividendos e JCP a receber	29.740	854	-	(6.097)	-	-	-	24.497	-	-	-	-	24.497
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.271.295	1.309.243	326.654	105.356	10.747	137.058	64.844	7.225.197	-	-	-	-	7.225.197

	Brainfarma		Cosmed		Mantecorp		Bionovis		My		Outros		Total
	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo	Custo	Ágio	Ágio	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	3.404.418	1.071.419	275.717	59.744	9.437	115.772	101.954	5.038.461	-	-	-	-	5.038.461
Aumento de capital	735.986	19.362	217	3.478	-	22.298	-	781.341	-	-	-	-	781.341
Equivalência patrimonial	389.790	98.513	47.726	20.191	1.003	(3.030)	-	554.193	-	-	-	-	554.193
Parcela de equivalência descontinuada no investimento	(129)	561	-	-	-	(444)	-	(12)	-	-	-	-	(12)
Stock Option/Matching/Restricted	3.766	40	260	-	-	548	-	4.614	-	-	-	-	4.614
Ajuste de avaliação patrimonial	(12.263)	(1.693)	-	-	-	(4.763)	(37.110)	(13.958)	-	-	-	-	(13.958)
Baixa	(21.733)	1.008	-	(2.936)	-	-	-	(23.661)	-	-	-	-	(23.661)
Dividendos e JCP a receber	4.499.835	1.189.210	323.920	80.477	10.440	130.361	64.844	6.299.087	-	-	-	-	6.299.087

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas, como também no total de seus ativos e passivos:

2024	Ativo		Passivo		Recíta		Lucro (prejuízo)		Lucro (prejuízo) ajustado (*)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	6.573.558	1.122.740	3.502.527	504.292	504.292	577.472	577.472	577.472	577.472	577.472
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.545.694	248.519	688.588	110.523	110.523	117.941	117.941	117.941	117.941	117.941
My Agência de Propaganda Ltda.	11.923	1.190	3.840	307	307	307	307	307	307	307
Simple Organic Beauty S.A.	75.053	59.262	119.053	(33.199)	(33.199)	(29.871)	(29.871)	(29.871)	(29.871)	(29.871)
Mantecorp Participações S.A.	331.048	-	-	2.511	2.511	2.511	2.511	2.511	2.511	2.511
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	456	1.026	31	(14.397)	(14.397)	(14.397)	(14.397)	(14.397)	(14.397)	(14.397)
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	5.853.941	1.141.325	3.402.455	328.729	328.729	416.888	416.888	416.888	416.888	416.888
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	1.371.728	187.311	692.519	85.666	85.666	98.513	98.513	98.513	98.513	98.513
My Agência de Propaganda Ltda.	11.455	1.029	4.560	988	988	1.003	1.003	1.003	1.003	1.003
Simple Organic Beauty S.A.	68.290	24.725	161.165	11.688	11.688	6.271	6.271	6.271	6.271	6.271
Mantecorp Participações S.A.	323.978	-	-	47.726	47.726	47.726	47.726	47.726	47.726	47.726
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	52.884	5.564	20.123	(286)	(286)	(3.065)	(3.065)	(3.065)	(3.065)	(3.065)

(*) Refere-se ao lucro (prejuízo) do exercício, ajustado pelas operações entre a investidora e suas investidas.

b. Equivalência patrimonial da Controladora:

	Patrimônio Líquido ajustado em 31 de dezembro		Participação em 31 de dezembro	Saldo do Investimento em 31 de dezembro		Equivalência patrimonial em 31 de dezembro		Saldo do Investimento em 31 de dezembro	
	2024	2023		2024	2023	2024	2023	2024	2023
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	2.662.160.135	1.309.243	100%	117.941	1.309.243	98.513	1.189.210	1.189.210	1.189.210
My Agência de Propaganda Ltda.	22.467.862	10.747	100%	307	10.747	1.003	10.440	10.440	10.440
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	1.334.826.628	5.637.749	93,50%	539.925	5.271.295	389.790	4.499.835	4.499.835	4.499.835
Simple Organic Beauty S.A.	142.833	46.270	64,93%	-	(19.395)	30.043	4.072	45.915	45.915
Drogarias Online Agência de Farmácias S.A.	-	-	-	-	-	(298)	-	-	-
Bio Brands Franchising Gestão de Marcas Ltda.	72.272.454	137.954	100%	(14.197)	137.954	(3.065)	115.509	115.509	115.509
Mantecorp Participações S.A.	275.300.100	326.654	100%	2.511	326.654	47.726	323.920	323.920	323.920
Bionovis S.A. (*)	24.881.265	446.010	25%	24.181	105.356	20.191	80.477	80.477	80.477
MGF Farmácia Magistral Ltda.	-	-	-	-	-	(282)	-	-	-
	6.512.773	7.191.292	557.650	6.265.306	6.265.306	6.265.306	6.265.306	6.265.306	6.265.306

(*) No consolidado refere-se a Equivalência da Bionovis.

c. Participação dos acionistas não controladores:

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	2024	2023	2024	2023
Simple Organic Beauty S.A.	5.538	13.749	(10.115)	2.590

16 Imobilizado

Controladora:	Saldos em 1º de janeiro de 2024					Saldos em 31 de dezembro de 2024
	Ativos próprios	Adições	Baixa	Depreciação	Transferência	
Terenos	4.990	-	-	-	-	4.990
Edificações e benfeitorias	11.070	116</				



Hypera S.A.
CNPJ/MF nº 02.932.074/0001-91



→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures: Em 05 de dezembro de 2019, foi efetuada a emissão de 80.000 debêntures não conversíveis da 8ª emissão pública, série única, no valor total de R\$ 800.000 (oitocentos milhões de reais), preço unitário de R\$ 10 (dez mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,25% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais e consecutivas, e será quitada em 28 de novembro de 2025. Em 03 de abril de 2020, foi efetuada a emissão de 248.500 debêntures não conversíveis da 9ª emissão pública, série única, no valor total de R\$ 2.485.000 (dois bilhões e quatrocentos e oitenta e cinco milhões de reais) preço unitário de R\$ 10 (dez mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,50% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 6 (seis) parcelas semestrais e consecutivas, e será quitada em 03 de abril de 2026. Em 01 de setembro de 2020, foi efetuada a emissão de 73.500 debêntures não conversíveis da 10ª emissão pública, primeira e segunda série, no valor total de R\$ 735.000 (setecentos e trinta e cinco milhões de reais) preço unitário de R\$ 10 (dez mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,75% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas a partir de 01 de setembro de 2023, que será quitada em 01 de setembro de 2025, porém em 23 de maio de 2024, a companhia realizou a quitação total do mesmo antecipadamente. Em 10 de setembro de 2021, foi efetuada a emissão de 1.000.000 debêntures não conversíveis da 11ª emissão pública, série única, no valor total de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais) preço unitário de R\$ 1 (mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,45% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcela única, e será quitada em 09 de setembro de 2026. Em 04 de fevereiro de 2022, foi efetuada a emissão de 500.000 debêntures não conversíveis da 12ª emissão pública, série única, no valor total de R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais) preço unitário de R\$ 1 (mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,50% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcela única, e será quitada em 04 de fevereiro de 2027. Em 10 de agosto de 2022 foi efetuada a emissão de 750.000 debêntures não conversíveis em ações da 13ª emissão para colocação privada, em 3 (três) séries, da espécie quirográfrica, para colocação privada, no valor total de R\$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de reais), que servirão de lastro para a emissão de certificados de recebíveis imobiliários das 1ª, 2ª e 3ª séries da 59ª Emissão da True Securitizadora S.A. de modo que foram emitidas 750.000 (setecentos e cinquenta mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais). • A 1ª série no montante de R\$ 200.000 (duzentos milhões) com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 0,75% ao ano. • A 2ª série no montante de R\$ 397.641 (trezentos e noventa e sete milhões e seiscentos e quarenta e um mil reais) atualizados monetariamente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA) e juros remuneratórios correspondentes a 6,2790% ao ano. • A 3ª série no montante de R\$ 152.359 (cento e cinquenta e dois milhões e trezentos e cinquenta e nove mil reais) atualizados monetariamente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA) e juros remuneratórios correspondentes a 6,4451% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Série serão amortizados em parcela única, e cada uma das séries será quitada respectivamente em 16 de agosto de 2027, 15 de agosto de 2029 e 15 de agosto de 2032. Em 23 de dezembro de 2022, foi efetuada a emissão de 750.000 debêntures não conversíveis da 14ª emissão pública, primeira e segunda série, no valor total de R\$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de reais) preço unitário de R\$ 1 (mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,35% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira parcela em 14 de dezembro de 2026 e a última na data de vencimento em 14 de dezembro de 2027. Em 24 de abril de 2023, foi efetuada a emissão de 800.000 debêntures não conversíveis da 15ª emissão pública, série única, no valor total de R\$ 800.000 (oitocentos milhões de reais) preço unitário de R\$ 1 (mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 2,20% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, e será quitada em 25 de abril de 2028. Em 10 de outubro de 2023, foi efetuada a emissão de 750.000 debêntures não conversíveis da 16ª emissão pública, série única, no valor total de R\$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de reais) preço unitário de R\$ 1 (mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros + spread de 1,35% ao ano. O saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, e será quitada em 10 de outubro de 2028. Em 03 de janeiro de 2024, foi efetuada a emissão da 17ª de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição ("Emissão"), no valor de R\$600.000 (seiscentos milhões de reais), com regime de garantia firme de colocação para a totalidade da Emissão, com juros remuneratórios correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI + spread de 0,85% ao ano. O saldo do valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira parcela em 03 de maio de 2028 e a última na data de vencimento em 03 de maio de 2029.

Debêntures - Movimentação:

	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	17ª	18ª	
	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	646.112	2.130.100	682.460	1.038.729	526.372	783.840	750.419	815.827	767.378	-	-	8.141.237
Valor total da emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600.000	1.500.000	2.100.000
Gastos a transcorrer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.702)	(1.844)	(4.546)
Encargos financeiros	63.827	156.540	37.705	121.297	60.933	90.683	90.683	103.684	90.115	71.544	103.328	990.294
Amortização Principal	(160.000)	(1.257.000)	(656.665)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.073.665)
Amortização de juros	(226.851)	(402.444)	(63.500)	(123.619)	(63.371)	(60.373)	(89.977)	(104.298)	(89.625)	(67.950)	(76.478)	(1.368.486)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	323.088	627.196	-	1.036.407	523.934	814.150	751.080	815.213	767.868	600.892	1.525.006	7.784.834
Circulante	323.088	423.474	-	36.882	24.373	20.015	2.798	17.327	19.329	2.519	26.314	896.119
Não circulante	-	203.722	-	999.525	499.561	794.135	748.282	797.886	748.539	598.373	1.498.692	6.888.715

Custo de transação não realizados

	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	17ª	18ª	
	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Emissão Pública Série Única	Total
Circulante	366	1.236	-	1.098	791	15.719	2.741	3.080	1.982	2.155	1.661	30.829
Não circulante	366	1.092	-	623	352	2.630	1.023	966	520	528	354	8.454

Nota: as movimentações contábeis não consideram os valores dos swaps. Os montantes a longo prazo das debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2024	
2026	-	1.577.888
2027	-	2.143.915
2028	-	1.821.745
2029	-	1.160.910
2030	-	54.919
2031	-	54.919
2032	-	54.919
	-	6.888.715

a. Garantia dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora	Consolidado
Carta de fiança (*)	482.169	482.169
Imobilizado penhorado	-	10
	482.169	482.179

(*) Carta Fiança para o empréstimo junto à FINEP (Contrato 0034/19 e 2170/23) e BNDES (Contrato nº 23.2.0368.1). **b. Os valores contábeis e a estimativa de valor justo:** Os valores contábeis e a estimativa dos valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures são os seguintes:

	Moeda Estrangeira	Taxa nominal	Consolidado		Valor Justo	
			2024	2023	2024	2023
Empréstimos	USD + SOFR + 0,681% a 0,809% a.a.	770.296	622.807	770.296	622.807	
Moeda Nacional						
Empréstimos	CDI + 1,26% a 2,00% a.a.	342.731	831.806	342.731	831.806	
FCO	Prefixada de 2,50% a.a.	10	4.185	10	4.185	
Financiamentos	Prefixada de 6,00% a.a.	10	133	10	133	
BNDES	TR + 2,2% a.a.	96.174	-	96.174	-	
	CDI + 0,85% a 2,20% a.a.	-	-	-	-	
Debêntures	IPCA + 6,2790% a 6,4451% a.a.	7.784.834	8.141.237	7.784.834	8.141.237	
	TJLP de + 1,00% a.a.	-	-	-	-	
Finpep	TR + 3,3% a.a.	385.996	337.611	385.996	337.611	
		9.380.041	9.937.779	9.380.041	9.937.776	

O valor justo de alguns dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto de marcação de mercado não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa de mercado de CDI + 0,72% a CDI + 2,56% a.a. (31 de dezembro de 2023 - CDI + 0,48% a CDI + 1,92%, a.a.). **c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:**

	Controladora		Consolidado	
	Passivos	Derivativos (Ativos/Passivos)	Instrumentos financeiros	Instrumentos financeiros
	Empréstimos e financiamentos a pagar	Títulos a pagar	Dividendos e JCP a pagar	Outros Passivos
Em 1º de janeiro de 2024	9.937.779	24.057	696.966	410.158
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Hedge de Empréstimos	-	-	-	33.022
Empréstimos Tomados	2.330.000	-	-	(39.268)
Pagamento de empréstimos - principal	(3.014.349)	(2.425)	(67.230)	-
Pagamento de empréstimos - juros	(1.170.537)	-	(18.248)	-
Aquisições de ações	-	-	-	(55.807)
Alienações de ações	-	-	-	13.246
Mútuos passivos	-	-	2.601	-
Dividendos pagos	-	(787.286)	-	-
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(1.854.886)	(2.425)	(787.286)	(82.877)
Outras variações				
Baixa	-	-	(19.741)	-
Adições	-	-	41.773	-
Arrendamentos mercantis	-	-	39.691	-
Dividendos propostos	-	-	738.879	-
Stock option/matching/Restricted	-	-	-	33.203
Juros apropriados	1.286.771	969	-	11.721
Empréstimo-aquis. controladas	-	(5.275)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(59)
Reversão de Reserva para orçamento de capital	-	-	-	(661.879)
Resultado acumulado do período	-	-	-	(76.999)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.340.990
Outros passivos	-	-	-	(597)
Total das outras variações relacionadas com passivos	1.286.771	(4.306)	738.879	49.236
Em 31 de dezembro de 2024	9.357.947	17.326	648.559	376.517

	Controladora		Consolidado	
	Passivos	Derivativos (Ativos/Passivos)	Instrumentos financeiros	Instrumentos financeiros
	Empréstimos e financiamentos a pagar	Títulos a pagar	Dividendos e JCP a pagar	Outros Passivos
Em 1º de janeiro de 2024	9.937.779	24.057	696.966	410.158
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Hedge de Empréstimos	-	-	-	34.422
Empréstimos Tomados	2.351.000	-	-	(40.825)
Pagamento de empréstimos - principal	(3.025.529)	(2.425)	(80.522)	-
Pagamento de empréstimos - juros	(1.171.413)	-	(23.588)	-
Aquisições de ações	-	-	-	(55.807)
Alienações de ações	-	-	-	13.246
Dividendos pagos	-	(787.286)	-	-
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(1.845.942)	(2.425)	(787.286)	(104.110)
Outras variações				
Baixa	-	-	(20.275)	-
Adições	-	-	46.524	-
Arrendamentos mercantis	-	-	47.200	-
Dividendos propostos	-	-	738.879	-
Stock option/matching/Restricted	-	-	-	33.203
Juros apropriados	1.288.204	969	-	20.549
Empréstimo aquis. controladas	-	(5.275)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(59)
Reversão de Reserva para orçamento de capital	-	-	-	(661.879)
Resultado acumulado do período	-	-	-	(76.999)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	1.340.990
Outros passivos	-	-	-	(597)
Participação atribuída aos acionistas não controladores	-	-	-	4.260
Total das outras variações relacionadas com passivos	1.288.204	(4.306)	738.879	98.258
Em 31 de dezembro de 2024	9.380.041	17.326	648.559	593.758

	Controladora		Consolidado	
	Passivos	Derivativos (Ativos/Passivos)	Instrumentos financeiros	Instrumentos financeiros
	Empréstimos e financiamentos a pagar	Títulos a pagar	Dividendos e JCP a pagar	Outros Passivos
Em 1º de janeiro de 2023	9.601.116	73.410	21.766	677.773
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Hedge de Empréstimos	-	-	-	-
Empréstimos Tomados	2.210.882	-	-	-
Pagamento de empréstimos - principal	(1.849.075)	(275)	(1.197)	(60.171)
Pagamento de empréstimos - juros	(1.275.932)	-	-	(22.419)
Aquisições de ações	-	(44.425)	-	-
Alienações de ações	-	-	-	(910)
Mútuos passivos	-	-	-	(759.885)
Dividendos pagos	-	-	-	-
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	(914.125)	(44.700)	(1.197)	(759.885)
Outras variações				
Adições	-	-	-	27.470
Arrendamentos mercantis	-	-	-	124.725
Tributos a recolher	-	-	(688)	-
Dividendos propostos	-	-	779.078	-
Stock option/matching/Restricted	-	-	-	28.761
Juros apropriados	1.239.071	1.483	100	(3.768)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Resultado acumulado do período	-	-	-	(779.078)
Empréstimo-aquis. controladas	-	(6.136)	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(34.736)
Outros passivos	-	-	-	(45.059)
Total das outras variações relacionadas com passivos	1.239.071	(4.653)	(588)	779.078
Em 31 de dezembro de 2023	9.926.062	24.057	19.981	696.966

	Controladora		Consolidado	
	Passivos	Derivativos (Ativos/Passivos)	Instrumentos financeiros	Instrumentos financeiros
	Empréstimos e financiamentos a pagar	Títulos a pagar	Dividendos e JCP a pagar	Outros Passivos
Em 1º de janeiro de 2023	9.607.559	73.410	75.040	677.773
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Hedge de Empréstimos	-	-	-	-
Empréstimos Tomados	2.221.882	-	-	-
Pagamento de empréstimos - principal	(1.845.718)	(275)	(1.139)	(78.043)
Pagamento de empréstimos - juros	(1.276.556)	-	(1.657)	(28.237)
Aquisições de ações	-	(44.425)	-	-
Alienações de				



→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prazos	Controladora		Consolidado	
	Taxa % a.a		Taxa % a.a	
De 2 a 5 Anos	11,92%		11,83%	
Acima de 5 Anos	11,44%		11,27%	
O quadro abaixo apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, das despesas financeiras e da depreciação, considerando o efeito da taxa de inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamentos, descontados pela taxa nominal.				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo de arrendamentos				
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	151.594	163.628	207.610	217.777
Fluxo com projeção de inflação	161.266	173.380	220.856	230.757
Variação	6,38%	5,96%	6,38%	5,96%
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	139.237	154.591	194.776	210.211
Fluxo com projeção de inflação	148.120	163.805	207.203	222.740
Variação	6,38%	5,96%	6,38%	5,96%

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas financeiras				
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	(16.679)	(16.956)	(23.090)	(22.357)
Fluxo com projeção de inflação	(17.743)	(17.967)	(24.563)	(23.689)
Variação	6,38%	5,96%	6,38%	5,96%
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS/CPC 06 (R2)	(66.698)	(58.053)	(77.416)	(66.373)
Fluxo com projeção de inflação	(70.953)	(61.513)	(82.355)	(70.329)
Variação	6,38%	5,96%	6,38%	5,96%

24) Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava as seguintes provisões para contingências e os correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prognóstico de perda provável				
Cível	960	12.456	13.416	1.019
Trabalhista	71.880	1	71.881	82.604
Tributária	50.887	11.728 (49.184)	13.431	19.244
Administrativas/outras	2.380	-	2.380	2.164
Responsabilidade de ex-proprietários	28.872	-	28.872	5.272
	154.979	24.185 (49.184)	129.980	110.303

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prognóstico de perda provável				
Cível	1.037	12.456	13.493	1.806
Trabalhista	75.567	1	75.568	85.867
Tributária	72.596	11.728 (70.032)	14.292	44.742
Administrativas/outras	6.213	-	6.213	6.085
Responsabilidade de ex-proprietários	34.014	-	34.014	8.391
	189.427	24.185 (70.032)	143.580	146.891

Movimentação das Contingências:

	Controladora					
	2023	Atualizações monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos	2024
Cível	12.930	780	1.369	(1.371)	(292)	13.416
Trabalhista	82.605	7.124	17.077	(17.342)	(17.583)	71.881
Tributária	30.506	2.429	32.642	(2.819)	(143)	62.615
Administrativas/outras	2.164	289	184	(257)	-	2.380
Responsabilidade de ex-proprietários	5.272	627	24.182	(1.209)	-	28.872
Depósitos judiciais	133.477	11.249	75.454	(22.998)	(18.018)	179.164
	(17.667)	(1.157)	(30.360)	-	-	(49.184)
	115.810	10.092	45.094	(22.998)	(18.018)	129.980

	Controladora					
	2023	Atualizações Monetárias	Adições	Reversões	Pagamentos	2024
Cível	13.717	828	1.385	(2.143)	(292)	13.493
Trabalhista (a)	85.868	7.358	18.367	(18.159)	(17.866)	75.568
Tributária	56.004	3.569	32.937	(8.043)	(143)	84.324
Administrativas/outras	6.085	640	224	(659)	(77)	6.213
Responsabilidade de ex-proprietários (b)	8.391	1.006	26.924	(2.307)	-	34.014
Depósitos judiciais	170.065	13.999	79.837	(31.311)	(18.378)	213.612
	(42.512)	(2.384)	(30.360)	5.224	-	(70.032)
	127.553	11.015	49.477	(26.087)	(18.378)	143.580

(a) As adições referem-se a 155 novos processos trabalhistas, as reversões referem-se a 169 processos trabalhistas e os pagamentos referem-se a 66 processos trabalhistas. (b) As adições referem-se a processos cuja responsabilidade são de ex-acionistas. Nestes casos, a Companhia registra a obrigação de pagamento de causas e registra um ativo a ser reembolsado por ex-proprietários por ocasião do pagamento da contingência. **c. Causas Judiciais de responsabilidade da Companhia, assumidas em combinação de negócios:** Quadro resumo das principais contingências:

	Trabalhista/Cível/Administrativo e Outras		Tributária		Total
	Provável	Possível	Provável	Possível	
Mabesa	-	-	-	-	7.335
Mantecorp	12.456	1	-	-	4.393
	12.456	1	-	-	11.728

No caso das aquisições de negócio Mabesa e Mantecorp, a Companhia assumiu parte das causas judiciais dessas empresas. Conforme referido no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios foram provisionadas além das contingências prováveis, as contingências possíveis, com considerações de valor justo para as mesmas. O valor da perda provável e provável na Combinação de Negócios destes processos estão descritos conforme abaixo: (i) **Cível:** 1 processo, decorrente da aquisição da Mantecorp Indústria Química, cujo prognóstico de perdas na combinação de negócios está estimado em R\$ 12.456. Em 26 de junho de 2009 a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) aplicou multa à Mantecorp no valor atualizado de R\$ 12.456, em razão de suposto aumento irregular de preços do medicamento Desalex. A Companhia está discutindo tal multa judicialmente. De acordo com a opinião dos advogados externos da Companhia, a possibilidade de perda é provável. (ii) **Trabalhista:** 1 processo, decorrente da aquisição da Mantecorp Indústria Química, cujo valor justo na combinação de negócios está estimado em R\$ 1. (iii) **Tributária:** São 7 processos substancialmente relacionados a recolhimento do ICMS sobre importação de mercadorias, dos quais 5 decorreram da aquisição da Mabesa e 2 da Mantecorp Indústria Química, cujos valores justos na combinação de negócios foram estimados em R\$ 11.728. **b. Contingências possíveis:** A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios que pela atual avaliação de probabilidade de êxito estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prognóstico de perda possível				
Cível	47.896	45.033	48.331	46.454
Trabalhista	238.677	239.122	261.116	253.249
Tributária	106.285	136.951	131.437	154.955
Administrativas/outras	4.326	825	5.745	1.532
Responsabilidade de ex-proprietários	300.283	399.141	495.563	589.305
	697.467	821.072	942.192	1.045.495

(i) **Cível:** No ano de 2009, o Ministério Público Federal da Comarca de Bauri, Estado de São Paulo, ajuizou Ação Cível Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para a administração pública de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O Ministério Público requereu, também, a condenação dos

laboratórios ao pagamento de danos morais coletivos em montante a ser fixado pelo Juízo. Foi proferida sentença que julgou extinto o processo e ativamente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público. O valor envolvido é inestimável, conforme acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. No ano de 2014, o Município de Caxias do Sul ajuizou Ação Cível Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para o Município de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O processo encontra-se na fase de instrução. O valor envolvido é inestimável de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. No ano de 2020, o Município de Londrina ajuizou Ação Cível Pública em face da Companhia e vários outros laboratórios, para obrigá-los a vender medicamentos para o Município de acordo com as regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). O processo encontra-se na fase inicial. O valor envolvido é inestimável de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. (ii) **Trabalhista:** A Companhia e suas Controladas figuram em processos trabalhistas das empresas adquiridas e incorporadas, nos quais a perda possível de responsabilidade da Companhia e/ou suas controladas está estimada em R\$ 261.116 (R\$ 253.249 em 31 de dezembro de 2023). Nestes processos discutem-se horas extras, diferenças salariais, indenizações decorrentes de doenças e/ou acidentes de trabalho, adicional de insalubridade ou periculosidade, reconhecimento de vínculo empregatício, dentre outros pedidos. Destes processos trabalhistas, há 12 decorrentes das aquisições da Mantecorp Logística Distribuição e Comércio S.A. e da Mantecorp Indústria Química e Farmacêutica S.A., que apresentam prognóstico de perda possível de responsabilidade da Companhia no valor de R\$ 10.196 (R\$ 13.911 em 31 de dezembro de 2023), nos quais se discute, dentre outros pedidos, reparações decorrentes de doença ou acidente de trabalho, vínculo empregatício e consequente pagamento de verbas trabalhistas, diferenças salariais, horas extras e reflexos e estabilidade provisória. (iii) **Tributária:** A Companhia e sua controlada Cosmed buscam por meio de Mandados de Segurança o afastamento da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT pelo Decreto nº 6.957/09 e (ii) a definição da alíquota por cada estabelecimento da Companhia que possui inscrição própria no CNPJ. Tendo em vista a existência de jurisprudência divergente no Superior Tribunal de Justiça em parte desses pedidos, a Companhia e seus assessores legais qualificam como risco de perda possível o valor de R\$ 98.748, sendo que não há risco de desembolso futuro, posto que todo o valor inerente aos processos se encontra depositado judicialmente. Os processos aguardam exame de admissibilidade pela Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em razão da interposição de Recursos Especial e Extraordinário realizado pela Companhia. Em razão da jurisprudência do STF promulgada no ADI 4.397, a Companhia alterou a probabilidade de perda das ações que discutem o afastamento da aplicação do FAP à alíquota da contribuição ao SAT/RAT de possível para provável, resultando em um aumento de suas provisões no valor de R\$ 39.079, sendo que não há risco de desembolso futuro, posto que todo o valor inerente aos processos se encontra depositado judicialmente. A Companhia, suportada por experts internos e externos, acredita que todos os procedimentos adotados quanto as apurações de seus tributos estão de acordo com a legislação vigente e aplicável ao assunto, bem como aceites pelos tribunais. Contudo, por se tratar de matérias sujeitas a grande grau de subjetividade, é possível que essa avaliação venha a se alterar no futuro por fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência ou em regulamentos tributários, sendo possível que as autoridades administrativas não concordem com um ou mais destes procedimentos. (iv) **Contingências de empresas adquiridas, responsabilidade dos ex-proprietários:** O Estado de São Paulo ajuizou ação cível pública em face da Companhia para requerer o pagamento de indenização em razão de suposta venda ilegal de medicamentos em 2009 pela Mantecorp. O valor envolvido foi avaliado em R\$ 276.333 e, de acordo com a opinião dos advogados externos, a possibilidade de perda é possível. O processo encontra-se na fase de recursal. Quando aplicável, a Companhia efetua o pagamento de causas e busca o reembolso dos ex-proprietários (Nota 14).

25) Capital social e reservas

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$11.920.694, conforme disposição do Estatuto Social e deliberação da Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 23 de abril de 2024. O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 9.705.886 (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 4.478.126), representado por 633.420.823 (em 31 de dezembro de 2023 - 633.420.823) ações ordinárias; **b. Agio na emissão de ações:** Esta reserva é constituída nas emissões de ações e refere-se a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal, que ultrapassa a importância destinada à formação do capital social; **c. Pagamentos baseados em ações:** Os planos de ações e opções têm como objetivos principais, atrair, reter e engajar os executivos da Companhia, garantindo que os talentos essenciais permaneçam motivados e comprometidos, além de alinhar os interesses dos executivos com os dos acionistas, promovendo uma visão compartilhada e objetivos comuns. (i) **Opção de compra de ações:** O plano de opção de compra de ações concede ao beneficiário o direito, sem a obrigação, de adquirir lotes de ações da Companhia a preços e prazos predefinidos. Para cada programa, é definida a quantidade de ações que podem ser outorgadas, levando em consideração o percentual de diluição de capital aprovada. As opções podem ser exercidas pelos beneficiários após o encerramento da carência, de acordo com o período definido e a data de vigência de cada programa. Para a apuração do valor justo das opções concedidas, a Companhia utiliza o modelo Black & Scholes, utilizando a taxa Selic e a volatilidade histórica anual na data dos contratos firmados com os beneficiários. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano III em 10 de outubro de 2011, que contemplam os Programas de Opção de Compra de Ações, aprovados em Reunião do Conselho de Administração nas seguintes datas: **• Programa 2017:** 11 de abril de 2017; **• Programa 2023:** 28 de dezembro de 2022. **Total de opções outorgadas:** O percentual de diluição que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções em aberto em 31 de dezembro de 2024 é de 0,44%; nos Planos e Programas conforme discriminados abaixo:

Plano	Programa	Carência	Preço exercício		Contratos			Valor unitário justo na data da outorga (em Reais)	Custo total estimado	Posição em 31/12/2024
			Original	Corrigido	Outorgados	Exercidas	Canceladas			
Plano III	2017	01/04/18	28,93	28,93	525.000	447.530	50.000	27.479	2,39	66
Plano III	2017	01/04/19	28,93	28,93	525.000	430.000	55.000	40.000	3,78	151
Plano III	2017	01/04/20	28,93	28,93	525.000	395.000	55.000	75.000	4,82	361
Plano III	2017	01/04/21	28,93	28,93	525.000	296.145	65.000	163.855	5,53	906
Plano III	2017	01/04/22	28,93	28,93	525.000	245.000	65.000	215.000	5,91	1.271
					2.625.000	1.813.675	290.000	521.325	2,755	7.554
Plano III	2023	11/04/25	38,72	38,72	585.000	-	-	585.000	7,54	4.411
Plano III	2023	11/04/26	38,72	38,72	832.500	-	-	832.500	9,49	7.900
Plano III	2023	11/04/27	38,72	38,72	832.500	-	-	832.500	10,98	9.141
					2.250.000	-	-	2.250.000	21,452	24.207
					4.875.000	1.813.675	290.000	2.771.325	2,771	325

Plano	Programa	Carência	Preço exercício		Contratos			Valor unitário justo na data da outorga (em Reais)	Custo total estimado	Posição em 31/12/2024
			Original	Corrigido	Outorgados	Exercidas	Canceladas			
Plano III	2017	01/04/18	28,93	28,93	525.000	447.530	50.000	27.479	2,39	66
Plano III	2017	01/04/19	28,93	28,93	525.000	430.000	55.000	40.000	3,78	151
Plano III	2017	01/04/20	28,93	28,93	525.000	395.000	55.000	75.000	4,82	361
Plano III	2017	01/04/21	28,93	28,93	525.000	296.145	65.000	163.855	5,53	906
Plano III	2017	01/04/22	28,93	28,93	525.000	245.000	65.000	215.000	5,91	1.271
					2.625.000	1.813.675	290.000	521.325	2,755	7.554
Plano III	2023	11/04/25	38,72	38,72	585.000	-	-	585.000	7,54	4.411
Plano III	2023	11/04/26	38,72	38,72	832.500	-	-	832.500	9,49	7.900
Plano III	2023	11/04/27	38,72	38,72	832.500	-	-	832.500	10,98	9.141
					2.250.000	-	-	2.250.000	21,452	24.207
					4.875.000	1.813.675	290.000	2.771.325	2,771	325

(ii) **Plano de Concessão de ações em regime de Matching:** O plano de Concessão de ações em regime de Matching oferece aos elegíveis a oportunidade de investir entre 50% e 100% do valor líquido do bônus ou do Programa de Participação nos Resultados (PPR) na aquisição de ações da Companhia, com uma contrapartida (match) em ações. Essa contrapartida é sujeita a um período de carência, durante o qual o beneficiário deve manter posse das ações adquiridas. O objetivo é que os beneficiários definidos, desde que cumpridos determinados termos e condições, tenham a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, promovendo um maior alinhamento e integração entre seus interesses e o da Companhia, além de fomentar o compartilhamento dos riscos inerentes ao mercado de capitais. Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o Plano de Concessão de Ações em Regime de Matching para os exercícios de 2018 e 2019 em 19 de abril de 2018 e aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o Plano de Concessão de Ações em Regime de Matching para os exercícios de 2020 e 2025 em 22 de abril de 2020. Os programas foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração nas seguintes datas: **Plano de Concessão de Ações em Regime de Matching**
Programas 2018 e 2019 21 de fevereiro de 2019
Programas 2020 e 2025 23 de março de 2021
Total de ações matching outorgadas: O prazo de carência para o recebimento da ação matching é de 1 ano para até 25% das opções outorgadas; 2 anos para até 50%; 3 anos para até 75%; 4 anos para até 100%. O total do Programa do Plano Matching 2019 tem custo estimado de R\$ 11.044.176 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2021, com a quantidade total estimada de 317.818 ações. O total do Programa do Plano Matching 2020 tem custo estimado de R\$ 14.560.452 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2022, com a quantidade total estimada de 458.164 ações. O total do Programa do Plano Matching 2021 tem custo estimado de R\$ 21.294.836 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2023, com a quantidade total estimada de 616.884 ações. O total do Programa do Plano Matching 2022 tem custo estimado de R\$ 25.797.636 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2024, com a quantidade total estimada de 576.646 ações. O total do Programa do Plano Matching 2023 tem custo estimado de R\$ 13.110.151 representado por 4 tranches anuais, a partir de 2025, com a quantidade total estimada de 391.231 ações. (iii) **Plano de Outorga de Ações Restritas:** Concessão futura de ações para os elegíveis, conforme as regras do programa e cumprimento de um período de carência estabelecido. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Outorga de Ações Restritas em 14 de abril de 2016, cujos aditamentos foram aprovados em 19 de abril de 2018 e 24 de abril de 2019. Os programas foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração nas seguintes datas:

Programa



→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.2. No resultado do exercício:

Partes relacionadas	Controladora						Juros
	2024			2023			
	Transações		(Despesas)/Receitas diversas	Transações		(Despesas)/Receitas diversas	
	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de alugueis	Amortização de Publicidade	Serviços Prestados	Despesas compartilhadas	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	(688.135)	-	-	-	(10.888)	-	-
My - Agência Propaganda Ltda.	-	215	(3.841)	-	-	-	-
Simple Voices Ltda.	-	-	(100)	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	(3.480.371)	634	-	(2.328)	(76.034)	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	440	-	(510)	-	-	-
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	(23.586)	-	-	-	-	-	-
Simple Organic Beauty S.A.	(4.456)	-	-	-	-	(101)	-
	(4.196.548)	1.289	(3.941)	(2.328)	(510)	(86.922)	(101)

Partes relacionadas	Controladora						Juros
	2024			2023			
	Transações		(Despesas)/Receitas diversas	Transações		(Despesas)/Receitas diversas	
	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de alugueis	Amortização de Publicidade	Serviços Prestados	Despesas compartilhadas	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	440	-	(773)	-	-	-
	-	440	-	(773)	-	-	-

Partes relacionadas	Controladora						Juros
	2023			2024			
	Transações		(Despesas)/Receitas diversas	Transações		(Despesas)/Receitas diversas	
	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de alugueis	Amortização de Publicidade	Serviços Prestados	Despesas compartilhadas	Despesas financeiras	Receitas financeiras
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	(691.989)	-	-	-	(10.741)	-	-
My - Agência Propaganda Ltda.	-	215	(4.560)	-	-	-	-
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	(529)	-	-	-	-
Brainfarma Ind. Quim. e Farmacêutica S.A.	(3.401.794)	-	-	(2.334)	(75.511)	(203)	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	428	-	(473)	-	-	-
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	(253)	-	-	-	-	-	-
João Alves de Queiroz Filho	-	-	-	-	-	-	9.502
	(4.094.036)	643	(5.089)	(2.334)	(473)	(86.252)	(203)

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário para o Exercício de 2024

Introdução: O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da **Hypera S.A.** ("Hypera Pharma" ou "Companhia"), constituído em 22 de julho de 2016, dentre outras atribuições previstas no "Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário", aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia de 27 de abril de 2023, tem como principais responsabilidades (I) supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento dos riscos inerentes às atividades da Companhia; (II) avaliar os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (III) avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. **Responsabilidades:** A Administração é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras da Hypera Pharma, assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe também à Administração estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras. A Auditoria Interna da Companhia tem como atribuições avaliar os principais riscos a que a Companhia está exposta e os controles utilizados na mitigação desses riscos, bem como verificar o cumprimento das políticas e dos procedimentos determinados pela Administração, inclusive aqueles voltados para elaboração das demonstrações financeiras. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") é a responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e deve confirmar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hypera Pharma em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo CAE baseiam-se em informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos auditores externos e dos executivos responsáveis pela gestão de riscos e controles internos nos diversos segmentos da Companhia, sendo respeitadas também as trocas de opiniões e ideias entre os membros do CAE e da PwC. **Atividades do CAE:** A atual composição do CAE, eleita em 27 de abril de 2023 e com mandato de 2 (dois) anos, é formada pelo Sr. Hugo Barreto Sodré Leal, na qualidade de Coordenador, Sr. Ademir José Scarpin, integrante com reconhecida experiência em contabilidade societária, Sr. João Martinez Fortes Junior e a Sra. Maria Carolina Ferreira Lacerda, que é membro independente do Conselho de Administração. O CAE apresentou em 4 (quatro) reuniões do Conselho de Administração o reporte de seus trabalhos por meio das apresentações feitas pelo seu Coordenador, Sr. Hugo Barreto Sodré Leal. No decorrer do ano de 2024 e até a presente data, o CAE em conjunto com a PwC elaborou plano de trabalho da Companhia e reuniu-se, ordinariamente, em 6 (seis) ocasiões, e extraordinariamente em 3 (três)

Partes relacionadas	Controladora						Juros
	2024			2023			
	Transações		(Despesas)/Receitas diversas	Transações		(Despesas)/Receitas diversas	
	Compras de mercadorias/ produtos	Receitas de alugueis	Amortização de Publicidade	Serviços Prestados	Despesas compartilhadas	Despesas financeiras	Receitas financeiras
TV Serra Dourada Ltda.	-	-	(529)	-	-	-	-
Megatelecom Telecomunicações S.A.	-	428	-	-	(593)	-	-
João Alves de Queiroz Filho	-	-	-	-	-	-	9.900
	-	428	(529)	-	(593)	-	9.900

b. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Fiscal, Auditoria e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e outros benefícios de curto prazo	14.985	12.924	14.985	12.924
Honorários dos conselheiros	6.600	5.768	6.600	5.768
Pagamentos com base em ações	12.361	12.431	12.361	12.431
	33.946	31.123	33.946	31.123

Os valores referente ao ano de 2024 é uma estimativa.

30 Outros assuntos

Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas: A Companhia mantém suas plantas fabris em locais controlados e industriais e publica anualmente seu inventário de gases de efeito estufa, tomando medidas robustas para a redução de sua intensidade de emissões diretas de CO2 equivalentes. Dentre os principais riscos monitorados nestas plantas quanto ao tema climático, salienta-se o de interrupção da produção devido à seca extrema, mesmo suas plantas sendo instaladas em locais livres de estresse hídrico e inundações, e possuindo sistemas de reuso de água, além de poços artesianos. Além disso, danos a instalações podem ocorrer em caso de chuvas e vendavais ocasionados por eventos extremos. Os riscos de rupturas no abastecimento de insumos são mitigados com fortalecimento na cadeia de suprimentos, incluindo alternativas para fornecimento. Como medidas preventivas, o controle para redução dos índices de água e resíduos sólidos são priorizados, além de ações periódicas para o monitoramento dos principais indicadores ambientais junto ao Comitê de Eficiência de Recursos Naturais. **Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"). Os projetos de lei complementar 68 e 108 foram apresentados pelo governo para tratar do assunto. O projeto de lei complementar 68 foi aprovado pelo Congresso, enquanto o projeto de lei complementar 108 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação pelo Senado. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

31 Eventos subsequentes

Em 07 de janeiro de 2025, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a 19ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição, da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, de modo que serão emitidas 530.000 Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, perfazendo o montante total de R\$ 530.000 (quinhentos e trinta milhões de reais), com prazo de vencimento de 5 anos, contados da data de emissão, qual seja, 15 de janeiro de 2025. As Debêntures fazem jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de 02 dias. As Debêntures são emitidas em modalidade de spread (sobretaxa) de 0,90% ao ano base 252 dias úteis. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para o resgate antecipado total ou a amortização extraordinária parcial da 11ª (décima primeira) emissão de debêntures da Companhia.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Hypera S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Hypera S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA:** **Avaliação da perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros (Notas 3 e 17):** Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de marcas e patentes e os ativos na aquisição de investimentos em empresas monta a R\$ 10.067.893 mil, o que corresponde a cerca de 41% dos ativos totais das demonstrações financeiras consolidadas. O valor recuperável desses ativos foi determinado pelo valor em uso, cuja recuperação é baseada em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com inerente alto grau de julgamento. Entre os pressupostos que mais impactam as projeções estão o crescimento das vendas com uso das marcas existentes e a taxa de desconto utilizada. Esse assunto permaneceu como um dos principais assuntos de nossa auditoria pela relevância dos valores, associado a fatos como a definição de unidades geradoras de caixa e os necessários julgamentos da administração na definição de premissas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Entre outros procedimentos, e com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação de negócios, testamos a precisão matemática das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nessas projeções, mediante comparação com o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e informações e dados públicos e/ou de acesso limitado no mercado. Também comparamos projeções realizadas no ano anterior com o resultado apurado subsequentemente para observar a efetividade das projeções e do modelo desenvolvido. Revisamos, também, a análise de sensibilidade para os pressupostos mais significativos, bem como efetuamos leitura das divulgações efetuadas em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizadas pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos. **Porque é um PAA:** **Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 3 e 21):** Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante, provenientes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa da contribuição social, monta a R\$ 4.459.301 mil nas demonstrações financeiras consolidadas. Esses impostos diferidos são considerados recuperáveis com base em projeções de geração de lucros tributáveis futuros. O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa da contribuição social e seus impactos na tributação futura exigem julgamentos significativos pela administração da Companhia. Por esse motivo e pela magnitude dos valores apresentados, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos processos estabelecidos pela administração da Companhia para mensurar o valor recuperável, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo. Avaliamos, com o apoio dos nossos especialistas, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo o crescimento das vendas, os impactos dos incentivos fiscais e a amortização fiscal de ágio. Efetuamos a comparação dos dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração. Avaliamos se as projeções indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos impostos diferidos ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração da Companhia são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos. **Porque é um PAA:** **Tributos a recuperar e contingências fiscais, tributárias e trabalhistas (Notas 3, 13 e 24):** Entre as estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos próximos exercícios estão as realizações dos tributos a recuperar e as estimativas relacionadas com as contingências fiscais, tributárias e trabalhistas. Esses processos normalmente são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos em função da legislação. Algumas leis e regulamentos apresentam elevado grau de complexidade e, portanto, a mensuração, o reconhecimento e as divulgações relacionadas aos riscos e/ou, em certos casos, a aderência às leis e regulamentos, envolvem interpretação. Portanto, a decisão de reconhecimento de um ativo ou passivo e as suas correspondentes bases de mensuração ou, ainda, as divulgações de riscos consideramos exercício de julgamento crítico da administração, a partir de posições de seus consultores jurídicos internos e externos. Pelas razões acima, esse tema permaneceu como um dos principais assuntos de nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos procedimentos para a mensuração, contabilização e divulgação dos temas em notas explicativas. Com o apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos testes inspecionando documentação base de transações e solicitamos e obtivemos a confirmação dos principais processos diretamente com os advogados que patrocinam as causas e com o departamento jurídico interno, a fim de confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor envolvido. Para selecionadas causas, solicitamos opiniões de assessores jurídicos e discutimos a razoabilidade dos prognósticos. Observamos que os critérios adotados pela administração para determinação dos tributos a recuperar e das provisões e divulgações em notas explicativas estão consistentes com documentos recebidos e com a posição dos advogados e do departamento Jurídico da Companhia.

ocasiões. Entre os diversos temas e assuntos acompanhados e discutidos pelo CAE, com recomendações à Administração, merecem destaque: (I) **Auditoria Independente:** análise do plano de atividades dos auditores independentes e discussão das Demonstrações Financeiras, além das principais conclusões obtidas nas revisões trimestrais e o Parecer para emissão das Demonstrações Financeiras de 2024. Os auditores independentes foram avaliados pelos órgãos de governança da Companhia; (II) **Auditoria Interna:** discussão do plano de trabalho de auditoria interna, o qual foi integralmente cumprido em 2024 e acompanhamento dos trabalhos da área durante o exercício social. A área de auditoria interna foi avaliada pelos órgãos de governança da Companhia; (III) **Controles Internos:** discussão do plano de controles internos para 2024, o qual foi integralmente cumprido em 2024, e supervisão dos trabalhos da área durante o exercício social, incluindo plano de treinamentos e comunicação da área. Acompanhamento do status da carta de recomendação de controles internos emitida pelos auditores independentes. Discussão sobre a revisão dos prazos de vencimento das políticas e procedimentos da Companhia. Acompanhamento dos trabalhos de monitoramento de contratos de prestação de serviços com terceiros feito pela área de controles internos; (IV) **Gestão de Riscos:** análise do plano de gestão de riscos para o exercício social de 2024, bem como discussão do processo de gerenciamento de riscos, da matriz de riscos corporativos, dos fatores de riscos associados e dos planos para tratamento dos riscos, além do acompanhamento do plano de comunicação e treinamentos da área. Acompanhamento do processo de *due diligence* de terceiros; (V) **Compliance:** discussão e análise do plano de trabalho de *compliance* para o 2024, plano de aperfeiçoamento do programa de *compliance*, status do canal de denúncias, bem como plano de treinamentos e comunicação da área para 2024. Discussão e aprovação da política de *compliance*; e (VI) **Segurança da Informação:** apresentação e discussões sobre o tema de *cybersegurança* na Companhia. **Conclusão:** O CAE, com base nas informações recebidas e nas atividades desenvolvidas no período, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entendeu que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e, portanto, recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 19 de março de 2025

Hugo Barreto Sodré Leal - Coordenador
Ademir José Scarpin

Maria Carolina Ferreira Lacerda
João Martinez Fortes Junior

A Administração

Breno Toledo Pires de Oliveira
Diretor Presidente Executivo (CEO)

Adalmaro Ghovatto Satheler do Couto
Diretor de Relações com Investidores (DRI)

Contador

Eurico José Ferreira - CRC 1/GO 6.692 'S' SP

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Hypera S.A. ("Companhia") declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, emitido nesta data.

Breno Toledo Pires de Oliveira Diretor Presidente Executivo (CEO)	Adalmaro Ghovatto Satheler do Couto Diretor de Relações com Investidores (DRI)	São Paulo, 20 de março de 2025 Ramon Sanches Frutuoso Silva Diretor	Rafael Vito Batista Diretor	Juliana Aguinaga Damião Salem Diretora
--	---	---	--------------------------------	---

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Hypera S.A. ("Companhia") declara que: (i) revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 ("DFP"); e (ii) revisou, discutiu e concordou com as DFP, nos termos da lei e do estatuto social da Companhia.

Breno Toledo Pires de Oliveira Diretor Presidente Executivo (CEO)	Adalmaro Ghovatto Satheler do Couto Diretor de Relações com Investidores (DRI)	São Paulo, 20 de março de 2025 Ramon Sanches Frutuoso Silva Diretor	Rafael Vito Batista Diretor	Juliana Aguinaga Damião Salem Diretora
--	---	---	--------------------------------	---

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Hypera S.A. ("Hypera Pharma" ou "Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 163 da Lei 6.404/76, conforme alterada e em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), examinou as Demonstrações Financeiras: Individual (controladora) e Consolidada (Hypera Pharma e suas controladas) e as respectivas notas explicativas, o Relatório Anual da Administração e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nas análises efetuadas e considerando-se ainda o parecer emitido pelos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes nesta data, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia no decorrer do exercício, os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados concluíram por unanimidade, em consonância com o disposto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, opinar favoravelmente quanto ao encaminhamento dos referidos documentos e propostas para aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 25 de abril de 2025.

Marcelo Curti	Mauro Stacchini Junior	Roberto Daniel Flesch
---------------	------------------------	-----------------------

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 24/03/2025
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/24/HYPERA1581511724032025.pdf
Hash: 17425912805c41ee98214940129c7e899cf18fe85